



Relatório Anual 2017

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

Organização social supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação - MCTIC

Relatório Anual 2017



Brasília, DF
2017

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)

Organização social supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC)

Presidente (até 31/08/2017)

Mariano Francisco Laplane

Diretor Executivo (no exercício da Presidência a partir de 01/09/2017)

Marcio de Miranda Santos

Diretores

Antonio Carlos Filgueira Galvão

Gerson Gomes

Gestor Administrativo

Edmundo Antonio Taveira Pereira

Composição do Conselho de Administração em 2017

Membros Natos

ABC

Evando Mirra de Paula e Silva (a partir de 01/08/2017) - Presidente do Conselho

Eduardo Moacyr Krieger (até 27/07/2017)

Glaucius Oliva (a partir de 01/08/2017)

CNA

Alysson Paolinelli

MEC

Abílio Afonso Baeta Neves

Paulo Monteiro Vieira Braga Barone

Sebrae

Célio Cabral de Sousa Júnior

BNDES

Helena Tenório Veiga de Almeida

CNPq

Mário Neto Borges

Marcelo Marcos Morales

Finep

Marcos Cintra Cavalcante de Albuquerque

Victor Hugo Odorcyk

MDIC

Marcos Vinícius de Souza

CNI

Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti

MCTIC

Rogério César de Cerqueira Leite

Membros Eleitos

Representante dos Associados

Evando Mirra de Paula e Silva (até 27/07/2017)

Guilherme Ary Plonski (representante titular a partir de 27/07/2017)

Consecti

Francilene Procópio Garcia (até 04/08/2017)

Jean Carlos Vogel (a partir de 08/12/2017)

Foprop

Isac Almeida de Medeiros (até 04/08/2017)

Joviles Votório Trevisol (a partir de 23/02/2017)

Anprotec

Francisco Saboya Albuquerque Neto (até 23/06/2017)

Alexandre B. C. S. Jacobs (a partir de 27/07/2017)

Abipti

Júlio César Félix

Confap

José Antônio Bof Buffon

Dieese

Nelson de Chuery Karam

Anpei

Raimar Van Den Bylaardt (até 31/10/2017)

Humberto Luiz de Rodrigues Pereira (a partir de 08/12/2017)

Representante do Empresariado Nacional

José Fernando Perez (a partir de 27/07/2017)

SUMÁRIO

1. Apresentação	7
2. A Organização Social em 2017	9
3. Destaques da execução do Plano de Ação 2017 do Contrato de Gestão	11
3.1. Mapeamento de competências em temas estratégicos em Bioeconomia.....	11
3.2. Avaliação dos impactos da Lei de Informática	11
3.3. Apoio técnico à plataforma de Comunicação Agricultura e Alimento	12
3.4. Apoio técnico à consulta pública sobre telecomunicações	13
3.5. Modelagem e Automação dos Processos Finalísticos	13
3.6. Gestão da Qualidade – Certificação ISO 9001.....	14
3.7. Aperfeiçoamento do Ciclo de Inteligência em CTI	14
3.8. Exploração de dados e visualização de informações.....	15
3.9. Observatório de Tecnologias Espaciais	16
3.10. Serviços de Informação de RH para CT&I	18
3.11. Agenda Positiva: Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável.....	20
3.12. Subsídios para a Criação do Programa de Centros de Desenvolvimento Regional-CDR.....	23
3.13. Indicadores de Inovação nas Empresas Brasileiras (PRIMAR).....	25
3.14. Subsídios Técnicos para a Estratégia Digital Brasileira	26
3.15. Avaliação do Impacto Fiscal da Lei do Bem	27
3.16. Projetos de apoio a políticas e programas coordenados pelo MEC	28
3.17. Apoio Técnico ao CNPq na Utilização de Métodos e Ferramentas Modernas de Inteligência em CTI	32
3.18. Produção e disseminação de informação	33
4. Situação dos Projetos e Atividades constantes do Plano de Ação 2017 do Contrato de Gestão.....	37
5. Contratos Administrativos	38
5.1. Prospecção tecnológica no setor de energia elétrica (ANEEL).....	38
5.2. Manufatura Avançada – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)	40
6. Eventos.....	42
7. Relatório Administrativo e Financeiro Anual – 2017	47
7.1. Receitas	48
7.2. Dispendios	53
7.3. Demonstrativo consolidado do resultado do exercício por tipo de contrato	55
7.4. Da movimentação financeira dos recursos	56
7.5. Da evolução dos números.....	57

1. Apresentação

Este Relatório Final 2017 apresenta os principais avanços feitos pelo CGEE no decorrer do ano, tanto no que se refere às ações de parceria fomentadas no âmbito do Contrato de Gestão firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), assim como nos trabalhos realizados por meio de contratos administrativos firmados pelo Centro com instituições brasileiras de CT&I.

O apoio do MCTIC e a interveniência do MEC no Contrato de Gestão foram aspectos fundamentais para que o CGEE recuperasse uma agenda substantiva e estratégica de trabalhos de interesse para o SNCTI, com reflexos muito positivos para a segurança do Centro e de seus clientes potenciais na negociação de contratos administrativos com instituições do Brasil e do exterior.

Tratou-se, portanto, de um ano repleto de resultados positivos no qual se avançou muito na direção da ampliação da capacidade analítica do Centro em temas ligados à CTI nacional e internacional, em apoio à avaliação de políticas e programas, na realização de estudos de natureza prospectiva (como o realizado para a ANEEL). Com satisfação se observou o fortalecimento da atuação integrada das equipes técnicas do CGEE com aquelas atuando nas principais agências federais ligadas ao MCTIC e MEC (CNPq, Finep e Capes).

Em 2017, o Centro realizou um esforço adicional na sua relação com instituições chave na área de pesquisa agrícola (Embrapa) e na área de defesa (Exército Brasileiro), com as quais vem discutindo a implantação de sistemas de inteligência em CTI a partir de avanços feitos pelo Centro na identificação de fontes de informação e subsequente extração, tratamento e carga de grandes volumes de dados nas ferramentas da família Insight pertencente ao CGEE. O monitoramento e a análise inteligente de dados e informações, associados a qualquer área de interesse para a ENCTI, passa a ser uma realidade incorporada ao cotidiano do Centro, aspecto que será aprofundado em 2018, com o fortalecimento dos projetos pertencentes à Atividade “Observatório em CTI” e consequente edição de entregáveis que retratem o avanço da ciência, da tecnologia e da inovação no País de forma regular.

É notável se verificar, ainda, o aumento da demanda por aplicações da competência do CGEE na área de Recursos Humanos para CTI em atividades de avaliação dos impactos dos investimentos feitos na formação de graduados, mestres e doutores e dos efeitos destes investimentos na empregabilidade de egressos de cursos de formação em todos os níveis. Destaque pode ser dado ao trabalho de avaliação do PBIC, em parceria com o CNPq e a Unesp, que mostra uma permanência diferenciada na atividade de pesquisa científica dos seus egressos em comparação com não bolsistas deste Programa.

No caso dos contratos administrativos, destaca-se a entrega dos produtos finais relacionados com o estudo prospectivo sobre oportunidades de P&D de interesse para as empresas do setor elétrico, realizado em estreita articulação com a Aneel e 10 empresas do setor e do início de estudo contratado ao CGEE pela ABDI na área de oportunidades de investimentos em Manufatura Avançada. Ainda no que se refere a contratos administrativos, encontra-se em fase final a preparação do projeto Observatório de Tecnologias para Cidades Sustentáveis, que envolve investimentos da ordem de US\$ 3,500,000.00 em cinco anos no Centro com recursos do Global Environment Facility (GEF).

Os resultados alcançados pelo CGEE em 2017, principalmente aqueles inseridos no Plano de Ação do Contrato de Gestão, só foram possíveis em um ano de forte restrição financeira por conta do alto nível de comprometimento da equipe de colaboradores do CGEE, pelo apoio decisivo do Conselho de Administração e pela continuidade do diálogo construtivo com a alta administração do MCTIC e do MEC.

A direção do Centro e seus colaboradores depositam nessas instâncias as suas convicções acerca da importância da missão do CGEE para o SNCTI. Vislumbra-se, assim, uma nova etapa de realizações, a serem construídas no âmbito de um terceiro ciclo do contrato de gestão, ou ainda por demandas específicas contratadas junto instituições do SNCTI.

Marcio de Miranda Santos

Diretor Executivo no exercício da Presidência do CGEE

2. A Organização Social em 2017

No ano de 2017 o CGEE deu continuidade ao atendimento das metas pactuadas junto ao Órgão Supervisor (MCTI) em um quadro ainda difícil do ponto de vista orçamentário e financeiro, adotando medidas de contenção de despesas e reforçando instrumentos de gestão de modo a manter o Centro dentro dos limites impostos pelas restrições fiscais e econômicas enfrentadas pelo País. Deu-se, portanto, atenção redobrada à redução dos custos operacionais e de manutenção, com foco na imperiosa necessidade de recomposição da reserva técnica do Centro.

Novamente, no plano das decisões tomadas pela Diretoria e seguindo orientações do Conselho de Administração no início de 2017, optou-se por dar continuidade apenas aos projetos estruturantes e de maior relevância para o SNCTI, mantendo intactas as equipes técnicas voltadas para o desenvolvimento de processos inteligentes de monitoramento e análise em temas de natureza estratégica para o SNCTI.

A permanência do quadro de restrições financeiras incontornáveis no curto prazo motivou a assinatura tardia do 13º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão. Esse instrumento foi firmado em outubro e prorroga, mais uma vez por um ano, o prazo de vigência do Contrato vigente. Ainda assim, todas as metas estabelecidas para 2017 foram atingidas, graças a um substancial aumento da eficiência na execução dos projetos e a relativamente baixa necessidade de contratação de serviços técnicos especializados extramuros.

Paralelamente aos esforços para a superação gradativa da crise, foi desenvolvido trabalho de modelagem do ciclo de vida dos projetos executados pelo CGEE, organizador e promotor da qualidade dos trabalhos conduzidos pelo CGEE. Este processo deverá ser submetido à certificação pela norma ISO 9001 em meados de 2018, um importante “cartão de visitas” que posiciona o CGEE de forma competitiva no ambiente de realização de estudos estratégicos em CTI no Brasil e no exterior. Merece destaque o desenvolvimento de ferramenta para a gestão da carteira de projetos e serviços do Centro e a família Insight de ferramentas eletrônicas que tornam mais eficientes os processos finalísticos.

Os efeitos das perdas sofridas pelo CGEE em 2015 e 2016 no quadro de colaboradores, no patrimônio social e na situação financeira, permaneceram visíveis. Mas destaca-se fortemente a atuação dos órgãos Supervisor e Interveniente no sentido de reverter esse quadro, aspecto gerador de expectativa positiva quanto ao papel do CGEE para o SNCTI, diante da complexidade crescente dos temas em CTI no Brasil e no mundo, todos dependentes de capacidade nacional de tratamento inteligente para o efetivo apoio à tomada de decisão em alto nível.

Finalmente, cabe destacar que o Presidente do CGEE, Mariano Francisco Laplane, retornou ao seu órgão de origem (Unicamp) no final de agosto, tendo sido substituído pelo Diretor Executivo do Centro, de acordo com o disposto no Regimento Interno do CGEE. O Conselho de Administração se pronunciará em relação a um novo nome para a posição de presidente no início de 2018.

3. Destaques da execução do Plano de Ação 2017 do Contrato de Gestão

3.1. Mapeamento de competências em temas estratégicos em Bioeconomia

Dada a amplitude do conceito de Bioeconomia, a SEPED/MCTIC convocou um Grupo Técnico de Trabalho (GTT) para discutir o tema, que, além de contar com o apoio da equipe técnica do CGEE, envolveu a participação de representantes de universidades e instituições públicas de pesquisa (Unicamp, USP, CTBE, UnB, UFRJ e EMBRAPA) do setor privado (ABBI) e do governo federal (MCTIC, MAPA, MME e MDIC). O GTT recomendou ao MCTIC que o conceito de Bioeconomia fosse adensado para fins de elaboração do Plano de Ação 2016 - 2022, razão pela qual optou-se por restringi-lo a apenas três subáreas: biomassa e tecnologias associadas, processamento de biomassas e bioprodutos. Nesse contexto, o CGEE realizou as seguintes atividades: 1) diagnóstico sobre a abrangência do tema Bioeconomia no Brasil e no mundo com vistas à identificação de estratégias em curso e de documentos de referência selecionados; 2) identificação da relação das diversas áreas da Bioeconomia com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS; 3) levantamento de iniciativas nacionais públicas ou privadas em Bioeconomia e identificação do potencial de associação e cooperação para o desenvolvimento de trabalhos conjuntos; 4) listagem de áreas e oportunidades estratégicas para o desenvolvimento da Bioeconomia no Brasil; e 5) mapeamento de pesquisadores e grupos de pesquisa para a formação de potenciais parcerias.

3.2. Avaliação dos impactos da Lei de Informática

As duas frentes de trabalho desenvolvidas nesse projeto pelo CGEE, quais sejam: a reformulação do marco legal e o apoio à formulação da agenda digital foram satisfatoriamente executadas nos prazos pactuados. Dessa forma, o desenvolvimento e o aprimoramento da sistemática de acompanhamento e avaliação da Lei de Informática procurou responder às orientações advindas do Tribunal de Contas da União que, por meio de seu acórdão 458/2014, definiu uma série de diretrizes visando ao aprimoramento de indicadores existentes, a formulação de novos indicadores, elaboração de formulários para

levantamento de informações adicionais e o estabelecimento de meta para o cumprimento destas exigências. A metodologia desenvolvida definiu critérios para inclusão e exclusão de indicadores levando em conta, dentre outros aspectos, a facilidade de acesso aos dados. A análise do contencioso da OMC foi realizada por meio da análise do documento principal gerado pela organização, no qual são apontadas as dimensões da política de informática brasileira, que estariam ferindo as regras internacionais de livre comércio. Foi considerada a existência de políticas industriais e de inovação similares em outros países bem como as possibilidades de readequação do marco legal e seus possíveis impactos sobre o setor de TIC no Brasil. O resultado final foi apresentado ao Ministério no início do segundo semestre. Por fim, cabe destacar o trabalho desenvolvido pelo CGEE no âmbito desse projeto no que se refere ao apoio à formulação da Estratégia Digital Brasileira (EDB), o que implicou no desenvolvimento de uma consulta estruturada na web com alguns atores-chave e tomadores de decisão com o objetivo de averiguar a pertinência e a abrangência dos diversos temas envolvidos para definição posterior das diretrizes da EDB e subsidiar os trabalhos do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI). A consulta estruturada foi enviada a cerca de 140 destinatários e obteve um percentual de respondentes igual a 53%, considerado satisfatório, à luz do conjunto de consultas web realizadas pelo CGEE.

3.3. Apoio técnico à plataforma de Comunicação Agricultura e Alimento

Esse Projeto Temático teve como principal objetivo a criação, em estreita parceria com o Fórum do Futuro, de uma plataforma de comunicação eletrônica, buscando estabelecer um espaço de referência da informação científica sobre a agricultura e o alimento, que sirva de base para o diálogo entre a ciência e a sociedade. Como resultado, a Plataforma apresenta hoje uma interface gráfica amigável hospedada no site do Fórum do Futuro, com layout e design moderno e conteúdos apresentados em linguagem compreensível para o público em geral, de forma a melhor informar a sociedade brasileira e mundial sobre os reais benefícios da atividade agropecuária no Brasil.

3.4. Apoio técnico à consulta pública sobre telecomunicações

O Plano de Ação 2017 do Contrato de Gestão incorporou a solicitação da SETEL no sentido de que o CGEE apoiasse tecnicamente a elaboração e execução de consulta pública eletrônica sobre o conteúdo da minuta de Decreto Presidencial sobre o setor de telecomunicações. A minuta do Decreto faz uma revisão do marco regulatório do setor e atualiza a legislação existente de forma a alinhá-la às transformações tecnológicas, econômicas e sociais que ocorreram desde a promulgação da Lei Geral de Telecomunicações, em 1997. O documento revogará o Decreto no 4.733/2003, que dispõe sobre as políticas públicas de telecomunicações. O questionário da consulta foi disponibilizado para uma lista de respondentes selecionados pela SETEL, assim como para um conjunto potencial de respondentes da sociedade brasileira, por meio de um link disponibilizado nos sites institucional do MCTIC e do CGEE. As respostas foram obtidas durante o período de 18/10/2017 à 17/11/2017, com o emprego da ferramenta Insight Survey do CGEE, e contou com a participação de 370 inscritos (indivíduos ou instituições que se interessaram pelo conteúdo do Decreto) e 89 respondentes.

Cabe destacar a abrangência e diversidade do conjunto de respondentes foi um dos aspectos positivos desse trabalho, na medida em que se alcançou interessados em número superior à composição dos convites originalmente feitos. Por orientação da direção da SETEL, o relatório final desse projeto omite a vinculação da identificação dos respondentes com as opiniões emitidas.

3.5. Modelagem e Automação dos Processos Finalísticos

Esse projeto, de origem interna, é parte integrante de uma das Atividades desenvolvidas no CGEE intitulada “Desenvolvimento de competências e ferramentas em prospecção, avaliação estratégica, gestão da informação e do conhecimento” e está diretamente ligado à estratégia estabelecida pela Diretoria do CGEE de aperfeiçoar, continuamente, seus processos gerenciais com foco no aumento da eficiência e na economicidade dos resultados a serem obtidos pelo Centro. No domínio da ação gerencial e da qualidade, dois importantes

feitos foram alcançados em 2017. O primeiro foi a modelagem do Ciclo de Vida de Projetos e Serviços, cujas etapas foram identificadas, integradas e descritas em um processo de trabalho. Esse processo foi, também, utilizado para revisar e ajustar o Sistema Integrado de acompanhamento dos projetos do Centro e enriquecê-lo com mais dois módulos. Como resultado principal, o CGEE conta, agora, com uma ferramenta eletrônica que implementa os novos conceitos de gestão integrada de carteira de projetos, sobre um processo automatizado que aborda todas as etapas do ciclo de vida de um componente programático, além de fornecer aos Coordenadores de Projeto e Assistentes Administrativos uma ferramenta de trabalho para sua execução e gestão.

3.6. Gestão da Qualidade – Certificação ISO 9001

No que se refere à gestão de qualidade, o CGEE teve sua certificação ISO 9001 do processo de compra de software e serviços correlatos atualizada para versão mais recente da norma ISO / ABNT (versão 2015). Foram realizados esforços para identificar modelagem de um Metaprocessos que englobasse as principais atividades comuns nos diversos projetos e estudos executados ao longo da existência do Centro. Como premissa para o desenvolvimento desse trabalho, o processo deveria ser genérico o suficiente para atender a qualquer tipo de projeto, mas com a capacidade de apresentar alternativas metodológicas concretas para o desenho dos projetos. Nesse sentido, foram utilizadas as experiências anteriores mapeadas pelo grupo de competências metodológicas do CGEE e o *framework* para desenho de estudos de futuro. Cada uma das etapas do Metaprocessos foi definida como um subprocesso, com sua descrição, a identificação de elementos de entrada e saída (insumos e produtos) e metodologias recomendadas (métodos e ferramentas).

3.7. Aperfeiçoamento do Ciclo de Inteligência em CTI

Outro resultado alcançado no que se refere à elaboração de metodologias de trabalho consistiu na modelagem do Ciclo de Inteligência em CTI do CGEE, elaborado a partir de aplicações práticas de processos de análise de dados e informações em diversos projetos do CGEE. Com base na observação desses processos e de suas semelhanças e diferenças e,

observando o arcabouço definido pelo Metaprocesso, buscou-se definir um modelo comum que servisse de base para o desenho de processos específicos, adaptados às necessidades de cada projeto, mas com uma linha metodológica única. O Ciclo em questão tem como referencial metodológico o Ciclo de Inteligência Competitiva, que sugere as etapas de Planejamento e Direção, Coleta de Dados, Análise, Disseminação e Avaliação como passos essenciais para a geração de conhecimento e inteligência em uma organização. A partir desse referencial teórico e da observação de que o ciclo, em última análise, é um ciclo PDCA (do inglês: Plan - Do - Check - Act), o Ciclo de Inteligência Tecnológica do CGEE foi desenhado na forma de grupos de processos (1. Identificar necessidades de Informação, 2. Coleta e Armazenamento de Dados, 3. Explorar, Organizar e Analisar a Informação, 4. Produzir Resultados e Informações e 5. Avaliação) e de caminhos alternativos, permitindo o refinamento e retroalimentação do processo.

3.8. Exploração de dados e visualização de informações

O reconhecimento e análise de padrões nas grandes massas de dados atualmente acessíveis permitem multiplicar a capacidade de atuação do CGEE, desde que as técnicas adequadas de extração, tratamento e carga de dados sejam empregadas para obter essa informação. Nesse sentido, o projeto "Exploração de Dados e Visualização de Informações" visa fortalecer as competências do Centro, desenvolvendo e validando fundamentos, metodologias e ferramentas de análise de dados de CTI disponíveis, ampliando seu portfólio de serviços e auxiliando o embasamento metodológico das suas demais atividades e ações. Entre os resultados obtidos e principais contribuições no período coberto por esse relatório, destacam-se: 1) o desenvolvimento de novas funcionalidades, incluindo a extração de novos tipos de dados, para o *plugin* Insight Net incluindo: melhorias na interface da ferramenta com o Insight Net Browser, incorporação de nova forma de realizar *backup* dos dados extraídos, melhorando assim sua rastreabilidade futura, incorporação de consultas visuais (com o mouse) na rede em análise, permitindo a exclusão de dados considerados irrelevantes diretamente no banco de dados e importação de atributos bibliométricos nas redes de artigos (resumos do Web of Science e Scopus). As inovações mais relevantes do período, entretanto, foram a) a reformulação da estrutura do banco de dados, que permite a

importação de dados em formatos csv, viabilizando o cálculo de redes similaridade semântica de dados consolidados de artigos ou autores de saídas diferentes do formato BibTex anterior e facilitando a manutenção de bases únicas de bases de metadados de artigos e construir redes a partir de outros atributos desses metadados, b) a implementação de recurso de rastreabilidade das importações de dados, facilitando assim a capacidade do analista de manter registros adequados da análise e c) implementação, ainda experimental, de redes de co-ocorrência de palavras-chave, o que pode ser usado como passo inicial da construção de taxonomias de conhecimento de bases de dados extraídas; 2) No que diz respeito a atividades de consolidação e ampliação de metodologias para análise e visualização de dados, foi entregue a versão de produção do visualizador interativo de dados em Javascript de arquivos de redes (Insight Net Browser) com diversas melhorias, incluindo o aprimoramento da geração de nuvens de palavras, gráficos de espalhamento (*scatterplots*) e geração de histogramas com funcionalidades de agrupamento visual de nós da redes (a partir de termos nas nuvens de palavras, de atributos dos nós nos gráficos de espalhamento e de grupos de dados nos histogramas) e links para páginas para os documentos de origem (currículos Lattes ou artigos registrados no Web of Science ou Scopus). Na versão em desenvolvimento, ainda em testes, foram incorporados novas opções de criação de nuvens de termos a partir dos metadados dos nós que permitem uma melhor exploração de dados vindos das fontes Web of Science e Scopus e foi criada uma janela de Pesquisa Avançada que permite selecionar textualmente filtros complexos de atributos de nós das redes; e 3) Continuidade da redação de tutoriais e manuais para utilização de ferramentas de análise de dados e realização de ciclos de treinamento na ferramenta de análise de redes para empregados das equipes técnicas do Centro, assim como de outras instituições usuárias das metodologias desenvolvidas pelo CGEE.

3.9. Observatório de Tecnologias Espaciais

Em 2017, o Observatório de Tecnologias Espaciais (OTE) deu continuidade ao trabalho de identificar e monitorar alternativas objetivas de domínio de tecnologias para o setor espacial brasileiro, em particular aquelas relacionadas com o controle de atitude e órbita de satélites (AOCS, do inglês *Attitude and Orbit Determination Control System*) e sistemas imageadores

nas faixas espectrais do visível e do infravermelho de ondas curtas (SWIR, do inglês *short wave infrared*) para operar a bordo de satélites. Com vistas ao desenvolvimento desse trabalho e também à elaboração do documento *Cubesats*, da série Documentos Estratégicos para o Setor Espacial do CGEE, foram contratados três consultores para fornecer informações sobre câmeras SWIR, sistema de controle de atitude e órbita e engenharia de sistemas para uma plataforma *cubesat*. Ao todo, foram entregues nove produtos: três sobre câmeras de imageamento no visível e no SWIR, três sobre AOCS e três sobre engenharia de sistemas para acomodar esses dois subsistemas e os demais subsistemas que comporão o projeto de desenvolvimento do *cubesat*, além dos relacionados ao segmento solo e lançador. Dessa forma, foi concluído o projeto BRISA (*BRazilian Imager for Swir Applications*), que visa o desenvolvimento de um *cubesat* capaz de fornecer imagens do território brasileiro nas faixas do visível e do SWIR. Foram propostas duas soluções para a sua concretização: uma com maioria de equipamentos comprada no exterior e outra com maioria de equipamentos desenvolvida no País. Em ambas as soluções, a engenharia de sistemas, óptica e controle de atitude, assim como a montagem e testes do satélite, serão inteiramente nacionais. O OTE deu continuidade ao processo de coleta de informações sobre as duas tecnologias de interesse do setor espacial brasileiro (em particular, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), definidas em 2015. Foi utilizada nesse processo a ferramenta *InsightData*, tendo sido acumulados, até o dia 31 de dezembro de 2017, 2.375.396 documentos sobre AOCS, 11.018 documentos sobre AOCS para *cubesats*, 3.346.072 documentos sobre *cubesats* em geral, 361.928 documentos sobre SWIR e 3.853 documentos sobre SWIR associados a *cubesats*. Esses documentos englobam artigos técnico-científicos, patentes e notícias veiculadas em vários meios de comunicação. Esse acervo está sendo analisado de forma a gerar informações que sejam relevantes para o setor espacial brasileiro e para apoiar os trabalhos em andamento no âmbito do OTE. No primeiro semestre, foi finalizado o quarto número do Boletim do OTE. Nessa edição foram mostradas duas tendências tecnológicas de grande potencial para o desenvolvimento do setor espacial no Brasil e no mundo. São elas: o desenvolvimento de satélites de alto rendimento (*High-Throughput Satellites*), que utilizam *transponders* com alta capacidade de comunicação (banda Ka), e desenvolvimento de tecnologias de coleta de energia solar no espaço para ser transmitida para a Terra (*space-based solar power*). São apresentados também os últimos

números relacionados ao lançamento de *cubesats* no mundo. Houve um aumento considerável de lançamentos desses artefatos no primeiro semestre deste ano. No segundo semestre, foi finalizado o quinto número do Boletim do OTE, na qual são apresentadas matérias sobre o programa Leonidas (*Low Earth Orbit NanoSatellite Integrated Distributed Alert System*), o panorama da criação de startups no setor espacial e algumas das últimas notícias que tratam de satélites de pequeno porte. São mostrados dados atualizados sobre lançamentos de *cubesats* no mundo. Ocorreram 799 lançamentos até 28 de novembro de 2017, o que já supera o número de lançamentos dos últimos anos.

A equipe do OTE publicou o artigo intitulado *Design for Autonomy: integrating technology transfer into product development process* (T. Wekerle et al.), no *Journal of Industrial Integration and Management*, Vol. 2, No. 1 (2017) 1750004 (26 pages). Esse artigo trata de uma aplicação direta de algumas ferramentas utilizadas pelo OTE para auxiliar um projeto importante para o setor espacial brasileiro, que é um atuador hidráulico para uso em foguetes.

A divulgação do trabalho do OTE foi intensa, a partir de contatos feitos pela direção do Centro e a equipe técnica do Observatório junto a representantes (1) do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro (DCT), em três eventos denominados Café da Inovação Tecnológica, em Brasília; e (2) da Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha, no Comando da Marinha, em Brasília. No âmbito desse protocolo, o OTE ofereceu ao Exército Brasileiro (EB) parceria para a construção do *cubesat* BRISA. O Departamento de Ciência e Tecnologia, em resposta a esse oferecimento de parceria, entendeu que o projeto BRISA apresenta potencial para atender de forma segura às demandas da EB e dotar o País de autossuficiência em um setor crítico para a soberania nacional.

3.10. Serviços de Informação de RH para CT&I

O objetivo desse Serviço é o de aperfeiçoar e desenvolver ferramentas, insumos e materiais para ofertar dados, informações e análises sobre mestres e doutores no País, direcionados a

diferentes potenciais usuários que operem na tomada de decisão sobre a formação e o emprego de mestres e doutores no país. Para esse fim, estratégias de oferta de informação, inseridas em um Plano de Negócios, contemplaram a identificação do cliente e o escopo de sua demanda, a definição dos dados, os tipos de análises, os formatos de entrega de produtos e os tipos de serviços e periodicidade em que são ofertados.

Parte do trabalho realizado em 2017 orientou-se para o atendimento da produção de dados e informações para projetos em desenvolvimento no CGEE como, por exemplo: a) o de implantação dos Centros de Desenvolvimento Regional (CDR), realizado em estreita parceria com a SESU/MEC, para o qual foram produzidos dados demográficos e de formação e emprego de recursos humanos atuando nas três sub-regiões piloto escolhidas; e b) o de Prospecção Tecnológica no Setor de Energia Elétrica, com a preparação de conjunto de dados sobre os recursos humanos pós-graduados envolvidos na área e subáreas de Energia Elétrica identificadas por esse projeto administrativo.

Outro serviço prestado, nesse caso para o MCTIC, foi o de produzir um conjunto de dados do Brasil para o projeto *Careers of Doctorate Holders* (CDH), da OCDE. Nele foram consolidados dados censitários sobre a formação (1996 a 2014), o sexo, o emprego e a remuneração (2014) dos doutores titulados no Brasil e exterior, que passaram a integrar as estatísticas oficiais do Projeto CDH. A OCDE lançou esses resultados no encontro da rede *National Experts on Science and Technology Indicators* (NESTI) da OCDE, realizado em Madrid, em dezembro de 2017. De acordo com a representante do MCTIC presente nesse evento, "foi possível incluir o Brasil no grupo de países que produzem regularmente esses dados, que são amplamente divulgados pela OCDE...". A pronta resposta do CGEE a essa demanda e foi mencionada de forma muito positiva.

No que se refere à aquisição e manutenção das principais fontes de informação utilizadas rotineiramente pelo Serviço, cabe destacar a aquisição e tratamento das bases da RAIS 2015 e 2016 e a continuidade das negociações com a Capes para o acesso à base atualizada de mestres e doutores constante da Plataforma Sucupira.

Por fim, a equipe técnica do Serviço propôs uma metodologia exploratória para a ampliação das análises sobre a formação dos RH para CT&I, que utiliza a produção científica para avaliação de impacto de programas de formação.

3.11. Agenda Positiva: Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável

Durante o ano de 2017, diversas tarefas previstas neste projeto foram conduzidas, com destaque para:

- a) Prosseguimento da alimentação do repertório de informações constantes do Portal das Renováveis. Após a adição de uma carga expressiva de dados, executada desde 2016, efetuou-se uma varredura nas informações sobre fornecedores de equipamentos, serviços e produtos nas três esferas de energias renováveis disponíveis, solar, eólica e biomassa; nos dados referentes aos institutos de pesquisa; e nos mecanismos de colaboração. O Portal dispõe, hoje, de aproximadamente 3.000 cadastros, sendo que cerca de 750 em inglês e português. Por fim, uma quantidade considerável de dados foram georeferenciados, fazendo com que o mapa do Portal tome a forma e a configuração planejada inicialmente.

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) manifestou interesse na utilização do Portal, inclusive como elemento de sustentação da participação brasileira na iniciativa internacional Missão Inovação (*Mission Innovation* - MI), que visa o desenvolvimento das energias renováveis e da eficiência energética para o cumprimento do Acordo de Paris.

O trabalho de refino de fornecedores de equipamentos, serviços e produtos, usinas e destilarias, mecanismos de colaboração e institutos de pesquisa esteve focado nas atividades voltadas para a valorização energética da biomassa, os biocombustíveis, inclusive de segunda geração e o biogás, o que permite um extenso mapeamento de competências tecnológicas em bioenergia no país;

- b) Os estudos sobre as oportunidades de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação ligadas ao desenvolvimento sustentável do etanol de segunda geração (E2G) estão voltados à realização, em coordenação com a Plataforma para o

Biofuturo (BFP), de uma consulta estruturada sobre o estado da arte dos biocombustíveis avançados de baixo carbono. A tarefa compreende a concepção, teste e aplicação de um questionário elaborado de modo participativo por responsáveis de países selecionados e organizações parceiras, dentre as quais o CTBE, o DRN/MRE, a Embrapa, o IEA e a Irena. A sondagem, que está sendo realizada com o ferramental de consulta web do Centro, inclui aspectos como políticas governamentais, investimentos, pesquisa e inovação, produção e comércio de biocombustíveis convencionais e avançados, de baixo carbono e de bioprodutos.

O mapeamento das políticas implementadas pelos principais países serviu de base para a confecção do relatório Estado da Arte da Tecnologia E2G no Mundo, no segundo semestre, uma imagem do presente que mostra como diferentes nações, com distintas realidades, estão lidando com a emergente bioeconomia avançada. Na sequência será efetuada uma análise prospectiva da evolução do E2G e da bioeconomia no Brasil, no horizonte temporal de 2030, com previsão de conclusão em 2018;

- c) Em 2017 o CGEE deu continuidade a importantes trabalhos de articulação Internacional Tripartite (América Latina/África/Europa) no tema Terras Secas - Os trabalhos em andamento visam a construção de um programa científico voltado a aprofundar os estudos referentes ao Atlântico Tropical e ao desenvolvimento sustentável das zonas áridas e semiáridas, principalmente da América Latina e África, frente às mudanças climáticas. Nesse sentido, o CGEE participou de eventos regionais voltados a abrir espaços para uma colaboração transatlântica entre as instituições, os pesquisadores e os tomadores de decisão, nacionais e internacionais, em relação aos desafios dos objetivos das pesquisas, da inovação e da formação. Nesse contexto, também se buscou definir eixos de pesquisas, de formação e inovação sobre as temáticas do Oceano Atlântico, suas conexões e seus impactos nas zonas áridas e semiáridas adjacentes, e articular um Fórum para propor ações de políticas públicas a médio e longo prazo, nas escalas nacional, regional e internacional, com base nos conhecimentos científicos. O Centro também participou dos esforços para oficialização da RISZA como primeira rede focal da Plataforma de Agadir, assim como

no desenvolvimento de um quadro conceitual, metodológico, estrutural, operacional e técnico para a rede.

Em âmbito nacional, o CGEE se articulou com várias ONGs que conformam a Articulação no Semiárido (ASA), com o objetivo de discutir como a sociedade civil da região Nordeste pode se envolver e apoiar a implementação dos ODS (01 Pobreza, 02 Segurança Alimentar, 06 Água e 15 Degradação da Terra e Desertificação) que incidem diretamente no processo de desenvolvimento do Semiárido. O Centro contribui substancialmente para as tratativas de construção de um acordo institucional voltado a harmonizar e integrar o Portfolio de Tecnologias para o Desenvolvimento do Semiárido (em desenvolvimento com instituições parceiras como Embrapa Semiárido - PE, Funceme - CE, NUTEC - CE, Ministério do Desenvolvimento Social, Projeto Dom Helder Câmara - PE e BNB) com o Banco de Dados de Tecnologias Sociais em desenvolvimento pelo Instituto Argentino de Investigação em Zonas Áridas (IADIZA). Espera-se se chegar à formalização de um Acordo Técnico de Cooperação em 2018 para a organização conjunta de um Portfolio de Tecnologias Sociais para o Desenvolvimento das Terras Secas da América Latina; e

- d) Como previsto em seu plano de trabalho, o CGEE tem realizado e participado de reuniões e de eventos nacionais e internacionais, de concertação sobre os temas da agenda positiva da mudança do clima e do desenvolvimento sustentável, debatendo e disseminando as contribuições do Centro relacionadas à inovação em energias renováveis, bioenergia e bioeconomia e ao desenvolvimento das Terras Secas no Brasil, América Latina e África. Os principais interlocutores no Brasil têm sido MCTIC, MMA, MRE, EPE, FBMC, ABBI, CTBE, CentroClima e iCS.

Por indicação do Itamaraty, o CGEE participou de evento no âmbito da BioFuture Platform denominado Below50/LCTPi/WBCSD, ocorrido durante a EU Sustainable Energy Week, na Comissão Europeia em Bruxelas. O CGEE esteve presente, também, na Conferência "Rising Powers and Interdependent Futures" em Manchester, Inglaterra, de encerramento de um ciclo de 12 projetos britânicos.

Em novembro, o CGEE organizou o evento "Bioeconomy for Climate Change Mitigation" no Espaço Brasil da COP 23, em Bonn, Alemanha, quando foi lançada a publicação do Centro "Second-generation sugarcane bioenergy & biochemicals -

Advanced low-carbon fuels for transport and industry". Também durante a COP 23 houve a participação dos representantes do Centro no *Biofuture Platform Focal Points Meeting*, para debater e aprovar o plano de trabalho da BFP para 2018. Além disso, o evento oficial brasileiro na COP 23 foi co-organizado neste ano pelo Brasil e o CGEE, como entidade observadora oficial da Convenção, sob o título *Biofuture@COP23 High Level Event*. Nele, o Centro apresentou os resultados do I *Biofuture Summit* e o *State of the Advanced Low-Carbon Bioeconomy Report*.

Finalmente, membros da equipe técnica do Centro participaram do *International Sustainable Drylands Meeting*, organizado pelo Instituto Potosino de Investigación y Tecnología, em maio, em San Luis do Potosí, México. O evento teve como objetivos (i) inaugurar oficialmente a RISZA como primeira rede focal da Plataforma de Agadir; (ii) desenvolver um quadro conceitual, metodológico, estrutural, operacional e técnico para RISZA; e, (iii) definir metas e atividades de curto, médio e longo prazos, indicadores e estratégias para atender aos ODS 13, 14, 15 e 17.

3.12. Subsídios para a Criação do Programa de Centros de Desenvolvimento Regional-CDR

Ao longo de 2017, um conjunto importante de atividades de planejamento e de implementação foi realizado e se divide em três níveis de estruturação: i) no plano da coordenação do projeto junto ao MEC/SESU e parceiros da articulação federal, como o CNPq, CAPES, FINEP e Câmara dos Deputados/CEDES; ii) no plano da articulação local-regional, com a instalação dos Centros de Desenvolvimento Regional - CDR e das coordenações das experiências piloto, que no ano de 2017 somaram três experiências (CDR Campanha no RS, CDR Campina Grande na PB e CDR Sudoeste Paulista em SP); e iii) no plano da montagem dos insumos requeridos para a análise das informações pertinentes à atuação dos CDR, com a seleção e a montagem de bancos de dados e informações e bases qualitativas que posicionam, ora o quadro da base socioeconômica e tecnocientífica das regiões onde os pilotos estão sendo experimentados, ora o quadro da base socioeconômica e tecnocientífica das mais de 100 regiões que posicionam o recorte regional adotado para a construção da proposta do programa nacional.

Considerando os níveis de estruturação mencionados, foram realizadas no plano da coordenação do projeto CDR, com a participação e apoio do MEC/SESU e os parceiros da articulação federal as seguintes atividades: i) Seminário Internacional em Campina Grande, com o apoio da CEPAL, de lançamento do Projeto; ii) apresentação no CGEE do Marco Inicial do Projeto CDR, em conjunto com MEC/SESU, na presença dos parceiros nacionais e lideranças regionais/locais foco da experimentação dos projetos-piloto; iii) reuniões de trabalho com o MEC/SESU para a seleção das três regiões de experimentação dos pilotos, tendo sido selecionadas as regiões de Campina Grande/PB, Região da Campanha/RS e Sudoeste Paulista/SP; iv) reuniões do GT Carteira do Projeto CDR, este composto pelo CNPq, CAPES, FINEP e Câmara dos Deputados/CEDES, que resultaram na apresentação de um quadro geral com sugestões de linhas de apoio e financiamento dessas instituições ao futuro Programa Nacional em construção, mas que já serão objeto de experimentação nos pilotos CDR no biênio 2017/2018; e v) elaboração de estudo conjunto, entre o CGEE e Câmara dos Deputados /CEDES, sob o título "Participação das instituições de ensino e pesquisa no desenvolvimento regional sustentável: construindo uma agenda de política dirigida" para a Serie Estudos Estratégicos da Câmara dos Deputados /CEDES.

No plano da articulação local-regional, em conjunto com os CDR-Campanha/RS, CDR-Campina Grande /PB e CDR Sudoeste Paulista/SP, foram desenvolvidas as seguintes atividades: i) instalação dos Centros de Desenvolvimento Regional- CDR e instituição das coordenações das experiências piloto; ii) apresentação e aplicação da metodologia de trabalho prevista aos três CDR; iii) contratação das instituições gestoras dos CDR, assim como nomeação dos coordenadores e dos interlocutores regionais das experiências piloto; e iv) realização das Oficinas de Alvos de Trabalho nos três CDR.

Por fim, no plano da montagem dos insumos requeridos para a análise das informações pertinentes à atuação dos CDR sobre os alicerces socioeconômicos e tecnocientíficos das regiões onde os pilotos estão sendo experimentados, assim como nas mais de 100 regiões que posicionam o recorte regional do Projeto, foram estruturados: i) mapas de informações, dados e análise de redes de RH para CT para os três pilotos; ii) mapas de informações, dados e análises pertencentes à base da socioeconomia das três regiões piloto; iii) mapas de

informações e modelos de dados secundários sobre os Arranjos Produtivos Locais -APL existentes nos recortes regionais de interesse do Projeto, considerando a escala nacional, em colaboração com a equipe da RedeSIST; e iv) mapas de informações e modelos de dados secundários sobre os Arranjos Produtivos Locais APL existentes nos recortes regionais de interesse do Projeto, considerando a escala nacional, em colaboração com a equipe de pesquisadores do Instituto de Economia da UNICAMP.

3.13. Indicadores de Inovação nas Empresas Brasileiras (PRIMAR)

Em 2017, houve avanços significativos no sistema integrado de coleta descentralizada, armazenamento, processamento e análise de informações para empresas sobre indicadores de inovação. Tal como concebido, esse sistema se estrutura em três módulos principais, a saber: 1) Módulo de registro de empresa e *login*, por meio do qual são coletadas informações mínimas de registro da empresa e realizadas verificações básicas de validade das informações CNPJ e e-mail, inseridas para permitir o acesso aos subsistemas de coleta e disseminação; 2) Subsistema de coleta e armazenagem de dados, que disponibiliza às empresas formulário eletrônico de captura dos seus dados, relacionados com os indicadores de inovação desenvolvidos. Esta versão foi construída sobre a ferramenta do CGEE Insight Survey, que consiste de um arcabouço padrão para elaboração de formulários eletrônicos. Uma vez conectada à parte restrita do Primar, a empresa poderá acessar a essas funcionalidades. Em especial, poderá complementar seus dados básicos, necessários para sua correta categorização em seu grupo de comparação, e abrir o formulário de coleta de dados sobre suas capacidades de gestão de inovação. Nesse módulo, a empresa também poderá realizar a impressão do formulário e, ao final do preenchimento, acessar o seu relatório analítico consolidado (relatório de benchmarking); 3) Subsistema de disseminação e armazenagem de dados. O armazenamento dos dados coletados foi aprimorado em relação à versão anterior, com o uso de gerenciador de base de código aberto, de alto desempenho, sem esquemas, orientado a documentos. Essa tecnologia traz benefícios diretos em flexibilidade, desempenho e adequação ao tipo de dados que será armazenado, bem como permite introduzir modificações no formulário de consulta sem gera incompatibilidades durante o processo de captação das informações. Esse módulo é o

responsável pela geração das visualizações gráficas de todos os indicadores compostos e intermediários, integrando dois mecanismos de visualização. O primeiro, já existente, consiste na geração do relatório analítico consolidado (relatório de benchmarking). O segundo, baseado na ferramenta de *business intelligence* Pentaho, software livre, consiste em painéis de gráficos dinâmicos que apresentam os indicadores com possibilidade de navegação e aplicação de filtros bem como outras facilidades para compreensão da metodologia de geração das informações apresentadas. Por meio desse módulo, a empresa participante do Primar tem acesso à sua situação e comparação com as empresas de igual trajetória tecnológica ou origem de capital. Como subsídio à visualização da informação, foi desenvolvida uma base de dados dedicada ao módulo, na qual se consolidam as respostas de cada empresa em ambiente estruturado e seguro. Para essa base de dados foi utilizado o gerenciador PostgreSQL, software livre, de ampla utilização pelas empresas nacionais e internacionais. Um processo de tratamento, limpeza e carga de dados também foi estabelecido. O módulo de visualização utiliza essa base para apresentar os painéis de informação ao usuário final.

O sistema desenvolvido está disponível no ambiente de homologação, acessível no link: <https://www.cgee.org.br/web/primar/>.

3.14. Subsídios Técnicos para a Estratégia Digital Brasileira

As atividades conduzidas nesse projeto pelo CGEE dão sequência ao apoio técnico dado pelo Centro à Secretaria de Política de Informática (SEPIN/MCTIC) na construção da Estratégia Digital Brasileira e tiveram como objetivo gerar subsídios técnicos para a elaboração da versão final do documento Estratégia Brasileira para a Transformação Digital coordenado pela SEPIN e construído em sua versão preliminar com o apoio do Grupo de trabalho Interministerial instituído pela Casa Civil da Presidência da República.

Para tanto, a versão preliminar deste documento deveria ser colocada em consulta pública, seus resultados tratados e analisados para serem passíveis de incorporação pelo MCTIC. A referida consulta foi concebida e planejada pelo CGEE, em estreita parceria com a equipe técnica da SEPIN, de forma a que fossem definidos o seu foco temático e o conjunto de

questões a serem respondidas. Optou-se pela ênfase nas ações estratégicas propostas no documento e nos principais gargalos e desafios a serem enfrentados pela Estratégia. O resultado final foi um conjunto de questões objetivas e discursivas organizadas em nove eixos temáticos.

A consulta foi executada pelo CGEE com uso da ferramenta InsightSurvey e ficou aberta para contribuições durante 50 dias, com término em 20 de setembro. Além da divulgação nos canais oficiais do Governo e da cobertura dos meios de comunicação tradicionais, o convite para participação na consulta foi enviado para um conjunto de 640 atores selecionados, ligados ao Grupo de Trabalho Interministerial, além de outros setores relevantes para o contexto da Estratégia. O questionário eletrônico foi acessado por cerca de mil pessoas, tendo recebido um total de 707 respostas. As questões objetivas foram tratadas estatisticamente e seus resultados analisados pela equipe do CGEE. As questões discursivas foram tratadas e organizadas em redes de similaridade semântica, utilizando-se para tal a ferramenta InsightNet desenvolvida pelo CGEE. As redes assim geradas foram analisadas e as principais contribuições, protegidas por sigilo e apresentadas de forma não identificada, constam do relatório final apresentado à SEPIN.

3.15. Avaliação do Impacto Fiscal da Lei do Bem

Este projeto, que teve como objetivo desenvolver e testar um arcabouço metodológico para análise dos impactos fiscais da Lei do Bem, partiu da hipótese de que o incentivo fiscal, ao impulsionar a inovação nas empresas, gera um ciclo virtuoso com impacto positivo na arrecadação fiscal a partir das empresas incentivadas.

Para testar essa hipótese, dois aspectos centrais foram considerados: em primeiro lugar, o desenvolvimento de um modelo econométrico que permitisse mensurar o resultado líquido da arrecadação fiscal a partir do incremento de receitas provenientes de produtos novos que tenham sido desenvolvidos com o apoio do incentivo fiscal recebido; e, em segundo lugar, em complementação aos dados para alimentar o modelo obtidos diretamente no MCTIC, o levantamento de dados e informações primárias junto às empresas que comporiam a

amostra a ser utilizada no projeto. Dessa forma e em articulação com a SETEC/MCTIC, definiu-se que o arcabouço metodológico proposto seria aplicado em uma amostra de cerca de 30 empresas, selecionadas por sorteio, extraídas de um universo estratificado pelo tamanho das unidades consideradas, definido pela magnitude do seu faturamento. Visitas presenciais às empresas foram agendadas para coleta das informações necessárias ao desenvolvimento da metodologia proposta. No entanto, o processo inicial de levantamento de dados junto ao MCTIC levou mais tempo do que o previsto, de modo que as entrevistas presenciais tiveram início efetivo apenas em maio. Por este motivo, e com a anuência do MCTIC, o projeto teve seu término prorrogado para 30 de junho de 2018, o que permitiu que os meses de maio e junho pudessem ser integralmente dedicados aos contatos e visitas às empresas selecionadas e ao aperfeiçoamento da abordagem metodológica inicialmente proposta. Os resultados obtidos mostraram que, em média, para cada real recebido a título de incentivo fiscal, foram gerados dois e meio reais de arrecadação adicional. Este é um resultado bastante expressivo e positivo, mas o teste- piloto também evidenciou que há grande variação dos resultados entre setores econômicos. Neste sentido, uma das conclusões do estudo refere-se à necessidade de refinamento da ponderação dos fatores do modelo econométrico vis-à-vis as especificidades da dinâmica e do ciclo de vida das inovações nos diversos setores da economia. Este procedimento deverá, também, orientar a aplicação do modelo em uma amostra estatisticamente significativa de empresas.

3.16. Projetos de apoio a políticas e programas coordenados pelo MEC

Ao longo de 2017, o CGEE conduziu um conjunto expressivo de projetos em apoio a programas e políticas na área de educação inseridas na programação do Contrato de Gestão, que tem o MEC como interveniente. Das principais atividades conduzidas destacam-se:

a) Avaliação do Programa de Educação Tutorial (PET)

Essa atividade envolve uma análise ampla do Programa de Educação Tutorial (PET), buscando avaliar o impacto da formação proporcionada na trajetória acadêmica e profissional dos estudantes e a contribuição do Programa na dinamização do ambiente acadêmico dos cursos e universidades aos quais os grupos estão

vinculados. O PET foi criado em 1979 e passou a ser conduzido pela SESU/MEC a partir de 1999. Ele é destinado a estudantes de graduação das Instituições de Ensino Superior do País organizados em grupos tutorados por um docente. O trabalho desenvolvido nesses grupos é orientado pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O Programa experimentou um aumento expressivo no número de grupos apoiados, que passou de 295 em 2005 a 428 em 2009. Em 2010 foram contabilizados 779 grupos, número que atingiu 842 em 2016. O PET está implementado em todas as unidades da Federação e envolve dezenas de instituições de ensino e pesquisa, milhares de alunos, centenas de tutores e um grande volume de recursos financeiros. Em reuniões da equipe do CGEE com o MEC contando com a participação do secretário da SESU, Diretores da DIFES e da Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior definiu-se que os principais alvos dessa avaliação seriam: (1) realização de estudo sobre o percurso formativo para a pós-graduação e as características do emprego formal dos egressos, visando avaliar o impacto do programa na vida do egresso e na sociedade, a partir da sua inserção no mercado de trabalho; (2) avaliação da produção científica dos egressos do programa, tendo como referência os indivíduos, o grupo PET e outros grupos relevantes para essa avaliação e suas relações de colaboração, a partir de dados fornecidos pelas SESU/MEC, visando analisar as conexões dos indivíduos e dos grupos com seu entorno acadêmico; e (3) avaliação das outras dimensões do programa, como as atividades de extensão e docência, visando captar a capacidade dos egressos em interagir com o ambiente acadêmico. As análises devem levar em conta o perfil dos diferentes arranjos de grupos, como o tamanho, as áreas do conhecimento, as composições multidisciplinares e institucionais, a natureza jurídica das instituições às quais pertencem, as regiões geográficas e o tempo de duração dos grupos, entre outras possibilidades. Os próximos passos são a intensificação da articulação com o MEC para obtenção da base de dados do programa para cruzamento destas com as bases de dados de pós-graduação e emprego, já disponíveis no Centro, de forma a tornar possível o pleno atingimento dos objetivos da avaliação.

b) Elaboração do Mapa da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil

Nesse caso, o objetivo central é o de elaborar um Mapa da Educação Profissional e Tecnológica (MEPT), por meio da análise da demanda presente e futura por recursos humanos de nível técnico e a oferta de cursos para a formação profissional. Ao mesmo tempo, pretende-se desenvolver uma plataforma tecnológica para dar suporte à operação do MEPT, como ferramenta de planejamento da oferta de vagas de EPT pela SETEC/MEC . Nessa etapa, prevê-se o desenvolvimento da versão final do Mapa e da ferramenta correspondente, compreendendo: (a) aprofundamento da visão da estrutura da oferta de instituições, cursos, modalidades, egressos da educação técnica e profissional, incorporação dos cursos FIC; (b) aprofundamento da análise sobre a espacialidade definitiva do Mapa; (c) revisão e aperfeiçoamento da análise das dinâmicas econômicas regionais; (d) melhor apropriação das características do mercado de trabalho, incluindo hipóteses de outras composições setoriais para os estudos das elasticidades-emprego do produto estimadas.

Já a ferramenta eletrônica (plataforma) permitirá a integração sistemática das informações e a visualização de diferentes estimativas de demandas decorrentes dos cenários definidos. Nesse período, as equipes técnicas e a direção superior do CGEE e do MEC se articularam a realização dessa etapa do MEPT, com dois objetivos: 1) garantir o desenvolvimento de uma ferramenta gestão adequada à SETEC/MEC e 2) acessar e utilizar as bases de dados da SETEC/MEC para a Educação Profissional e Tecnológica, o SISTEC. Em paralelo, foi dada continuidade aos trabalhos com a conclusão da 1) atualização dos dados macroeconômicos e de investimentos para o modelo econométrico, que fornece dados para a simulação da dinâmica econômica sub-regional; 2) cálculo das elasticidades do emprego/ocupações nos setores e no território; e 3) análise da oferta de vagas e cursos, e sua distribuição no território, a partir dos dados do Censo Escolar do Inep. A combinação dos dados de oferta e das elasticidades do emprego está sendo utilizada para a definição da regionalização/escala(s) de operação do Mapa; 4) da definição dos requisitos para a ferramenta eletrônica, a partir dos dados disponíveis na base do SISTEC, Censo do Ensino Básico do Inep e dados da demanda provenientes dos modelos econométricos adotados.

Na próxima etapa estão previstas: 1) a elaboração da versão definitiva do Mapa com a confrontação dos dados de oferta de vagas da EPT e as estimativas de demanda por ocupações nos próximos 15 anos. Note-se que foi utilizado o Censo Escolar do Inep, com a possibilidade de substituição pelo MEC dos dados do SISTEC revisados; e 2) a validação dos requisitos com a área técnica da SETEC/MEC e desenvolvimento da ferramenta eletrônica de operação do MEPT.

c) Mapa da Educação Superior no Brasil

Este estudo visa produzir e articular um largo conjunto de informações para a elaboração do Mapa da Educação Superior (MESUP) analisando e confrontando a demanda presente e futura de recursos humanos de nível superior e a oferta de cursos para a formação desses quadros. Pretende-se, também, desenvolver uma plataforma tecnológica para operar MESUP como ferramenta de planejamento das ações da SESU/ MEC, tendo em vista o apoio ao planejamento estratégico da expansão da educação Superior nos próximos anos.

A experiência anterior do Centro no desenvolvimento do Mapa da Educação Profissional e Tecnológica serviu de balizamento para a proposta do MESUP, consideradas, naturalmente, pelas adaptações necessárias às características específicas da educação superior.

O mapa deve incluir a educação pública e privada e utilizará como fonte principal de dados da oferta o Censo da Educação Superior do INEP/MEC. Os trabalhos serão desenvolvidos com foco em três tópicos: 1) a oferta de formação de pessoal de nível superior; 2) o estudo da dinâmica econômica, nacional e sub-regional, com cenários prospectivos para os próximos 15 anos; e 3) o reatamento da dinâmica econômica no perfil ocupacional demandado nos próximos anos. Uma das questões centrais do Mapa recairá sobre as interfaces entre esses tópicos: (1) a relação entre os setores de atividade econômica e os respectivos perfis ocupacionais; e (2) a relação entre as ocupações projetadas, atuais e futuras, e os cursos de formação correspondentes.

A relação ocupação-curso deverá ser balizada pelas regulamentações profissionais e pelo estudo de egressos da educação superior. O recorte territorial de referência será adequado para o planejamento das ações da SESU/MEC. Ademais, o estudo de

egressos visa aprofundar a compreensão sobre os percursos formativos, que também se apresentam como subsídios ao planejamento daquele Ministério.

As próximas etapas incluem o acesso à base de dados identificados de diplomados do ensino superior (INEP) para o cruzamento com a RAIS (2014 e 2015), já disponíveis no CGEE, e a base de pós-graduação da Capes, em processo de aquisição.

3.17. Apoio Técnico ao CNPq na Utilização de Métodos e Ferramentas Modernas de Inteligência em CTI

No segundo semestre de 2017 a direção do CGEE e a do CNPq mantiveram entendimentos no sentido de que a competência do CGEE para atuar em apoio à elaboração de cenários prospectivos e no desenvolvimento de métodos e ferramentas em inteligência em CT&I, capazes de lidar com grandes volumes de dados oriundos de distintas fontes, fossem incorporadas às atividades executadas rotineiramente pelas equipes técnicas desse Conselho. O Projeto Apoio Técnico ao CNPq na Utilização de Métodos e Ferramentas Modernas de Inteligência em CTI tem como principal objetivo, portanto, a Incorporação de métodos e ferramentas desenvolvidos pelo CGEE na construção de metodologias aplicadas à elaboração de cenários prospectivos de desenvolvimento institucional e avaliação de programas executados pelo CNPq.

Como principais resultados de 2017 destacam-se: a) uma fase inicial de elaboração e execução de uma prova de conceito para uma avaliação preliminar de resultados do Programa SISBIOTA Brasil, na qual foram obtidas evidências empíricas da aceleração da colaboração científica entre pesquisadores dos 39 projetos do Programa em todo o País; b) determinação de necessidades e definição de objetivos para a colaboração, com ênfase na transferência de conhecimento do CGEE para o CNPq dos métodos a serem desenvolvidos, com foco inicial em uma avaliação de resultados de geração de tecnologia e inovação do Programa dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, avaliação de resultados dos programas de Ciências Ambientais, aprofundamento da avaliação de resultados iniciada no Programa SISBIOTA Brasil e apoio na elaboração de cenários prospectivos para a ação futura do CNPq; e c) realização, em 18 e 19 de dezembro de 2017, de curso básico de capacitação

em ferramentas e métodos de inteligência em CTI desenvolvidos pelo CGEE para um grupo de analistas do Conselho.

3.18. Produção e disseminação de informação

Em 2017 os serviços de disseminação completaram etapas importantes de consolidação das ações de divulgação dos trabalhos do CGEE e segue com o objetivo de ampliar a repercussão dos trabalhos realizados no CGEE junto aos dirigentes do SNCTI e ao público em geral. Foram desenvolvidas ações, tanto no âmbito da comunicação interna quanto da externa, com a finalidade de reforçar a divulgação da identidade do Centro. No que se refere ao plano de publicações anual, parte das estratégias e atividades de comunicação externa, além de dois livros impressos ("A ciência e tecnologia no olhar dos brasileiros - percepção pública da C&T no Brasil 2015" e "Second generation sugarcane bioenergy & biochemicals), duas edições da Revista Parcerias Estratégicas (Números 44 e 45) e um Relatório Anual, também foram publicados mais dois livros - "A importância dos polinizadores na produção de alimentos e na segurança alimentar global" e "Competências para inovar na indústria farmacêutica brasileira" - e dois resumos executivos - "A Formação de Novos Quadros para CT&I: Avaliação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação - PIBIC" e "Etanol de segunda geração" - como parte do investimento em novos formatos de publicação. Foram também produzidos conteúdos e peças de comunicação direcionadas a públicos específicos, como: a publicação semestral da Palavra do presidente endereçada aos associados e representantes do Conselho de administração do CGEE, com breve relato das ações desenvolvidas pelo Centro, em formato digital; e, a produção de vídeo institucional, sobre o estudo PIBIC, cujo foco foi divulgar o impacto da iniciação científica para o ensino superior e para a sociedade e a importância de estudos como esse realizado pelo CGEE. Como parte da estratégia de ampliar a visibilidade, o Centro buscou uma participação diferenciada em dois eventos nacionais de CT&I de ampla repercussão. O primeiro evento refere-se à 69ª Reunião Anual da SBPC, realizada em julho, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Além da exposição das publicações no estande, o CGEE realizou as seguintes atividades: i) demonstração do uso de ferramentas desenvolvidas pelo Centro e a aplicabilidade em seus estudos e projetos; ii) apresentação dos resultados da avaliação do Pibic durante a

programação da ExpoT&C denominada "Jovens na Ciência"; iii) lançamento da publicação sobre Percepção pública da C&T no Brasil, ocorrida no café literário da programação da SBPC. Outro tradicional evento na área no qual o Centro participou foi a 14ª SNCT, realizada em outubro, no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade, em Brasília (DF). A temática da edição deste ano foi "A matemática está em tudo" e o Centro apresentou o projeto "A matemática nas redes do CGEE", visando demonstrar, em uma linguagem acessível ao público em geral, como a matemática também está presente nas atividades da instituição. Nesse contexto, foi desenvolvido um painel, onde foi exposto para o público como o conceito de redes sociais foi criado e como ele é utilizado nos estudos prospectivos e avaliações de políticas e programas de ciência, tecnologia e inovação do Centro. Em uma atuação mais proativa, foram realizados também dois eventos de divulgação de resultados de trabalhos do CGEE. Para tanto, após um mapeamento de todas as ações do CGEE, foram pensadas estratégias para a divulgação dos estudos que poderiam ter mais impacto, considerando seus diferentes estágios de desenvolvimento. Tais estratégias foram descritas no plano de comunicação e no plano de publicações de 2017 e os estudos contemplados foram: "Second-generation sugarcane bioenergy and biochemicals: advanced low-carbon fuels for transport and industry", lançado durante a 23ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 23). Além da publicação, foram elaboradas peças de comunicação para divulgação nas mídias sociais e, em inglês, para distribuição para o público presente no Espaço Brasil, em Bonn, Alemanha; e a "A Formação de Novos Quadros para a CT&I - Avaliação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - Pibic", como já mencionado, o projeto foi um dos destaques do CGEE durante a Reunião Anual da SBPC. Foram produzidos release, folder com os principais destaques, o resumo executivo do estudo e um vídeo com os principais destaques do projeto. Ainda nesse contexto, o CGEE tem investido na realização de rodadas de apresentação institucional (*roadshow*) a potenciais clientes e parceiros no SNCTI. As apresentações de 2017 foram planejadas e organizadas em conjunto pelas equipes técnica, de comunicação e a diretoria. Foram realizadas visitas às secretarias do MCTIC (SEPIN, SETEC e SEPED), Caixa Econômica Federal, ABDI, MDIC, TSE, TCU, à Embrapii, à Finep, ao Ministério da Defesa, à Marinha, entre outros órgãos e instituições. Algumas dessas visitas desdobraram-se em iniciativas de projetos, que estão em processo de negociação ou

inclusão no plano de trabalho do Centro. Ainda sobre as estratégias de comunicação externa, ressalta-se a contínua manutenção e planejamento de novas funcionalidades do portal institucional, que incluem revisão de conteúdo, ajustes técnicos, inclusão de novas funcionalidades, estudo sobre a hierarquização de subsites, entre outros. Em termos de acompanhamento dos indicadores, temos: site institucional, principal canal de divulgação do Centro, teve neste ano 43 mil acessos de usuários externos; 300 inserções na imprensa; no que diz respeito às redes sociais, foram feitos cerca de 180 posts no Twitter e realizamos 102 eventos que, direta ou indiretamente, no ajudam a sensibilizar mais público. Além de resultados, buscou-se divulgar estudos em desenvolvimento e ampliar a repercussão dos trabalhos correntes. Em junho, o Centro e parceiros organizaram o Seminário internacional - Rumo ao desenvolvimento sustentável: dos marcos globais às agendas regionais. O evento, realizado em Campina Grande (PB), constituiu iniciativa inscrita no âmbito do projeto em desenvolvimento pelo CGEE para o MEC, voltado à concepção de um programa de implantação de Centros de Desenvolvimento Regional (CDR), em Universidades e ICT do País que, posteriormente, realizou oficinas de orientação da implantação de pilotos no Sudoeste Paulista, nos municípios de Campina Grande (PB) e Bagé (RS). O CGEE organizou também cerca de 50 oficinas, com a participação de aproximadamente 400 especialistas e diversas instituições, para dar continuidade às contribuições para o projeto Prospecção tecnológica no setor de energia elétrica. Os resultados do estudo foram lançados no Congresso de Inovação Tecnológica em Energia Elétrica (CITENEL), realizado bianualmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A Revista Parcerias Estratégicas de junho, que registra a seca ocorrida na região Nordeste de 2010 a 2016, foi apresentada de maneira diferenciada durante um workshop organizado pelas secretarias de Agricultura, Pecuária e Pesca (Sagrima) e do Meio Ambiente e Recursos Naturais (Sema) do Governo do Estado do Maranhão. A publicação "Competências para inovar na indústria farmacêutica brasileira" foi lançada durante uma sessão especial do 11º Encontro Nacional de Inovação em Fármacos e Medicamentos (EniFarMed), realizado na sede da Federação da Indústria do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), no mês de dezembro. Para os próximos semestres, um dos objetivos é a implementação da atividade de Assessoria Parlamentar. O Centro pretende se aproximar do Congresso Nacional, contribuindo com informação técnica e se posicionando como fonte de referência, com o objetivo de influenciar políticas públicas de qualidade, reforçando, assim

sua atuação. Como iniciativa preliminar, foi debatido, na audiência pública realizada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, o estudo "Arranjos para o futuro da inovação agropecuária no Brasil", tendo boa receptividade. Os resultados mostram que em 2018 a grande tendência da comunicação é trabalhar para fortalecer a comunicação face a face (relacionamento - interno e externo), bem como o desenvolvimento das ferramentas de marketing (peças de comunicação), visto os efeitos atribuídos aos resultados que foram bem sucedidos.

4. Situação dos Projetos e Atividades constantes do Plano de Ação 2017 do Contrato de Gestão

Vide a seguir tabela que apresenta a situação dos Projetos e Atividades, constantes do Plano de Ação 2017 do Contrato de Gestão, em 31 de dezembro desse ano.

LINHAS DE AÇÃO	PROJETOS E ATIVIDADES	POSIÇÃO EM 31/12/2017
Estudos, Análises e Avaliações	Subsídios técnicos para a estratégia digital brasileira	ANDAMENTO
	Panorama brasileiro em Manufatura Avançada	ANDAMENTO
	Mapeamento de competências em temas estratégicos em Bioeconomia	CONCLUÍDA
	Avaliação do Programa de Educação Tutorial (PET)	ANDAMENTO
	Análise da evolução de redes temáticas coordenadas pelo MCTIC	CONCLUÍDA
	Avaliação dos impactos da Lei de Informática	CONCLUÍDA
	Avaliação do impacto fiscal da Lei do Bem	ANDAMENTO
	Avaliação do impacto fiscal da Lei do Bem	ANDAMENTO
	Atividade - Recursos Humanos para CT&I	ANDAMENTO
	Atividade - Indicadores de Inovação	ANDAMENTO
Articulação	Subsídios para a criação do programa de Centros de Desenvolvimento Regional - CDR	ANDAMENTO
	Mapa da educação profissional e tecnológica no Brasil - Etapa II	ANDAMENTO
	Mapa da Educação Superior no Brasil	ANDAMENTO
	Atividade - Inserção do CGEE em agendas internacionais	ANDAMENTO
Apoio Técnico à Gestão Estratégica do SNCT&I	Apoio técnico à plataforma de Comunicação Agricultura e Alimento	CONCLUÍDA
	Apoio técnico à Consulta pública sobre telecomunicações	CONCLUÍDA
	Apoio técnico ao CNPq na utilização de métodos e ferramentas modernas de inteligência em CTI	ANDAMENTO
	Apoio ao aperfeiçoamento dos processos de gestão estratégica das Unidades de Pesquisa do MCTIC	CANCELADA
	Atividade - Notas Técnicas	ANDAMENTO
	Atividade - Reuniões de Especialistas	ANDAMENTO
Disseminação da Informação em CT&I	Atividade - Produção e disseminação de informação	ANDAMENTO
Desenvolvimento Institucional	Atividade - Observatório em Ciência, Tecnologia e Inovação	ANDAMENTO
	Atividade - Desenvolvimento de competências e ferramentas em prospecção, avaliação estratégica, gestão da informação e do conhecimento	ANDAMENTO

5. Contratos Administrativos

Ao longo de 2017 foram conduzidas atividades referentes a 2 (dois) contratos administrativos assinados com integrantes do SNCTI. Os resumos de cada um deles são apresentados abaixo.

5.1. Prospeção tecnológica no setor de energia elétrica (ANEEL)

O projeto "Prospecção Tecnológica no Setor de Energia Elétrica", demandado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e financiado por empresas do setor elétrico, foi dividido em quatro etapas: diagnóstico, construção do futuro, posicionamento e consolidação final. A execução técnica do projeto teve sua duração prevista em 24 meses e nove produtos foram entregues às empresas contratantes, quatro em 2016 e os restantes em 2017. Do mesmo modo que no ano anterior, os principais produtos entregues em 2017 foram avaliados e aprovados pelos comités que integram a governança do projeto, a saber: o Comitê Estratégico, formado por membros e instituições que compõem a governança do setor; o Comitê Consultivo, formado por consultores sêniores do setor, contratados pelo CGEE; e o Comitê Técnico Gestor, formado pelas dez empresas financiadoras, o próprio CGEE e a APINE.

A partir do diagnóstico - a etapa maior e mais trabalhosa do Projeto, que inclui o mapa do conhecimento, um menu de opções que pode ser utilizado por tomadores de decisão do governo ou das empresas para o desenvolvimento das suas respectivas estratégias de PD&I. - deu-se prosseguimento em 2017 aos trabalhos correspondentes à etapa de construção do futuro, iniciados em 2016 com um levantamento de tendências e elaboração de uma visão de futuro específica para cada uma das 48 macrotemáticas identificadas a partir das informações obtidas de pesquisadores e de uma pesquisa junto às associações de empresas do setor.

Em janeiro de 2017 foi construído, com o Comitê Estratégico, um cenário estratégico alternativo ao PNE 2050, tendo em vista que este não foi publicado pelo MME e pela EPE a tempo de ser utilizado pelo Projeto, como havia sido previsto em contrato. Na sequência, foram construídas as trajetórias tecnológicas, realizada a revisão dos mapas do conhecimento, de forma a avaliar se estas atendiam aos objetivos de PD&I previstos na visão de futuro, e definiram-se as rotas prioritárias para cada macrotemática. Esses trabalhos foram levados para um ciclo de debate, ao longo de 45 reuniões onde participaram mais de 300 especialistas. Estas informações foram consolidadas por um grupo de especialistas junto com a equipe do projeto que construiu o produto 5, composto por seis relatórios denominados de cadernos temáticos. Em abril foram iniciados os trabalhos e debates da etapa de posicionamento. Em maio foi entregue o relatório 6, que detalha o conteúdo da etapa de posicionamento. Com as informações da etapa de construção de futuro e a padronização detalhada no relatório 6, foi possível construir uma proposta de agenda estratégica. Esta agenda foi levada a uma oficina de três dias onde participaram gestores de instrumentos de CT&I disponíveis ao setor de energia elétrica, tais como SPE/ANEEL, CNPq, FINEP, BNDES, SENAI, ABDI, entre outros. Participaram também os comitês Estratégico e Consultivo do projeto e o CEPEL. Após a revisão da agenda foi finalizado o relatório 7.

O relatório 8 consolida e resume as informações de todas as etapas. Foi construído ao longo de vários meses e concluído em julho. Em agosto de 2017 os resultados do projeto foram apresentados no CITENEL e recebeu muitos elogios, inclusive do diretor da ANEEL e de outros integrantes da mesa. No mês de agosto foram feitos ajustes finais nos relatórios, a transformação destes em livros e os artigos previstos no plano de trabalho. A reunião de entrega formal a ANEEL foi realizada em 24 de novembro, por solicitação da Agência, quando foi possível lançar o site do projeto com acesso a todas as informações e relatórios do projeto.

O projeto identificou mais de 2.700 linhas de PD&I, priorizadas por rotas e macrotemáticas, construiu 48 visões de futuro e mais de 400 trajetórias tecnológicas, *roadmaps* e agendas estratégicas, por meio de 80 reuniões técnicas que envolveram mais de 700 especialistas de 80 diferentes instituições de todas as regiões do país. Também utilizou do recurso de

pesquisa estruturada via web, com um resultado de mais de 3 mil respondentes. O Projeto trabalhou diferentes bases de dados, consultou 300 dos quase 1,5 mil laboratórios que foram mapeados, identificou quase 140 mil profissionais, bem como analisou um grande volume de informações, incluindo, entre outros temas, patentes, recursos investidos, impactos de alternativas tecnológicas. Todas estas informações podem ser acessadas de forma interativa pelo site do projeto (<https://www.cgee.org.br/energia>). A ANEEL já utilizou os dados do projeto para suas apresentações, para subsidiar seu plano estratégico e construir editais, entre outras atividades. A ONS também utilizou o Projeto para subsidiar seu plano estratégico. A EPE e CCEE também relataram que utilizaram os dados do projeto para os estudos de planejamento que vem sendo elaborados.

5.2. Manufatura Avançada – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)

A realização desse projeto teve origem em debates feitos entre a direção e as equipes técnicas do CGEE e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), que identificaram a Indústria 4.0 como um dos tópicos prioritários para a atuação conjunta para a promoção da inserção dessas tecnologias na indústria brasileira.

Em entendimentos com a instituição contratante para a definição do escopo do projeto decidiu-se que este seria direcionado para a elaboração de documentos técnicos contendo os conceitos fundamentais e o uso de tecnologias da Indústria 4.0, com foco na capacitação de agentes de empresas nacionais de setores estratégicos. Com base nessas definições, este projeto visa: i) difundir conceitos fundamentais sobre Manufatura Avançada entre os participantes dos workshops a serem realizados pela ABDI, Senai, com a participação do CGEE, no âmbito da RENAPI e da Estratégia Nacional da Indústria 4.0; ii) elaboração de panoramas da aplicação das tecnologias da Indústria 4.0 em setores selecionados; iii) levantamento das competências no tema indústria 4.0 disponíveis no Brasil, incluindo a identificação do nível de cooperação entre essas competências em suas áreas de atuação; e iv) desenvolvimento de processo metodológico para realização de workshop de capacitação.

No período de outubro a dezembro de 2017, foram realizados três workshops para a difusão de conceitos associados à manufatura Avançada, que contaram com a participação de mais de 80 agentes de empresas nacionais. Os três workshops foram realizados respectivamente na Escola do SENAI-SP Mariano Ferraz, Escola do Senai Roberto Mange e Escola do Senai Armando de Arruda Pereira, e trataram dos setores metalomecânico, produtos de material plástico, confecções de vestuário, cosméticos e produtos alimentícios.

6. Eventos

A organização de eventos no Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) atende a duas principais preocupações, quais sejam: a de conduzir seus estudos de forma participativa e inclusiva de forma a facilitar a compreensão, o comprometimento e, por consequência, a implementação dos resultados obtidos por parte dos demandantes dos estudos e das análises conduzidos pelo Centro; e a de disseminar entre os atores do SNCTI e da sociedade em geral os resultados dos trabalhos do CGEE, contribuindo, assim para a melhoria da percepção da importância da ciência, da tecnologia e da inovação para o bem estar social.

Ao longo de 2017, foi realizado um conjunto de eventos para os quais concorreram 1065 participantes externos oriundos de 252 instituições, aí incluídas as empresas, as instituições de ensino e várias instâncias de governo componentes do SNCTI mobilizadas pelo CGEE.

Da mesma forma que em 2016, os trabalhos relacionados com o projeto “Prospecção Tecnológica para o Setor Elétrico” mobilizaram um conjunto expressivo de especialistas e dirigentes de instituições do setor elétrico nacional, totalizando um número substantivo de participantes em 56 reuniões realizadas.

Dentre os eventos organizados pelo Centro no período coberto por este Relatório, destacam-se, também, a participação do CGEE na Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, ocasião em que o Centro, de forma lúdica e participativa, apresentou como a matemática aplicada ao conceito de redes de relacionamento faz parte do dia a dia das pessoas.

A tabela abaixo apresenta, ainda, os detalhes de um subconjunto composto por 11 eventos organizados pelo Centro, referente a oficinas de trabalho, reuniões diversas e seminários, destacando seus objetivos, número de participantes, externos e internos, instituições envolvidas, além dos locais e datas de realização.

TEMA	EVENTO	OBJETIVO	PARTICIPANTES		INSTITUIÇÃO	DATA	LOCAL
			EXTERNOS	CGEE			
Workshop Plataforma do Conhecimento: Agricultura e Alimento	Reunião	Nivelar a metodologia de construção de conteúdos das “Páginas de Comunicação” da Plataforma; Aprofundar os conteúdos relacionados com os temas selecionados pela Plataforma do Conhecimento, que serão objeto da Produção de Notas Técnicas Explicativas.	19	7	Fórum do Futuro, EMBRAPA, Instituto Escolhas, Ifgoiano, INFRAERO	20/01/2017	CGEE
Avaliação dos Impactos da Lei do Bem	Reunião	Discutir e avaliar Impactos da Lei do Bem	5	1	MCTIC, CGEE, CLAEQ, LS-NET	17/02/2017	CGEE
Reunião dos Comitês de Energia	Reunião	Discutir a cenarização, priorização e visões de futuro na área de energia elétrica	9	8	ANEEL, MME, MDIC, EPE MCTIC,	31/01 a 01/02/2017	CGEE
Avaliação dos Impactos da Lei do Bem	Reunião	Discutir e avaliar Impactos da Lei do Bem	5	1	MCTIC, CGEE, CLAEQ, LS-NET	17/02/2017	CGEE
Workshop Brasil Argentina – Serviços de Inteligência Tecnológica	Workshop	Apresentar à delegação argentina os serviços de inteligência tecnológica, oferecidos pelo CGEE.	3	21	CIETI	10/03/2017	CGEE
Avaliação do Impacto Fiscal da Lei do Bem	Reunião	Discutir e avaliar Impactos da Lei do Bem	1	5	MCTIC, CLAEQ, LA-NET	15/03/2017	CGEE

TEMA	EVENTO	OBJETIVO	PARTICIPANTES		INSTITUIÇÃO	DATA	LOCAL
			EXTERNOS	CGEE			
Reunião da Câmara de Coordenação do Projeto CDR	Reunião	Homologar a Câmara Nacional de Coordenação do Projeto. Definir grupos de Trabalho e datas de lançamento dos Pilotos-Regionais	32	12	CEDES, Câmara dos Deputados, FEEVALE, FINEP, SEBRAE, MEC, CRUB, Governo da Paraíba, CNPq, CAPES e CF	01/08/2017	CGEE
1º Oficina de Alvos - Campina Grande	Oficina/ Workshop	Unir os atores (consolidar o Fórum CDR); aproximar as instituições de ensino superior à realidade regional, e avançar na composição dos alvos da agenda propositiva do CDR.	25	1	Prefeitura Umbuzeiro, Prefeitura Allain, Orçamento Democrático, SEDAM - Governo de Estado, Sec. de pref Mum de Boa vista, Vereador Boa vista - PB, coord. Inovação IFPB - Campina Grande, Prefeitura Tenebra, Prefeitura Quimby, Prefeitura Queimados, INSA, UFLG, Fundação paqtc PB/ ITCC, Prefeitura Puxinanã, UFPB e UFCG	09/11/2017	Fundação Parque Tecnológico da Paraíba
Apresentação e debate dos Planos de C,T&I de Manufatura Avançada e sua integração com o Plano de IoT	Reunião	Apresentar as contribuições do CGEE ao documento Plano de CTI: Manufatura Avançada	25	5	MCTIC, BNDES, SEBRAE, SETEC, CNI, SENAI, SEPIN, ABIMAQ, MDIC, EMPRAPII, CNPq, Fraunhofer, ABDI e ASCOM	24/11/2017	CGEE

TEMA	EVENTO	OBJETIVO	PARTICIPANTES		INSTITUIÇÃO	DATA	LOCAL
			EXTERNOS	CGEE			
1ª Oficina de Alvos - Sudoeste Paulista	Oficina/ Workshop	Unir os atores (consolidar o Fórum CDR); aproximar as instituições de ensino superior à realidade regional, e avançar na composição dos alvos da agenda propositiva do CDR.	44	1	Prefeitura Municipal Capão Bonito, UNESP, Prefeitura Itapeva, Prefeitura Bom Sucesso Itararé, Apta/polo Sudoeste, SEBRAE, UFSCAR, ADESDI, Alesp, Prefeitura Ribeiro Grande, Câmara Federal, FATEC, SAA.CATI.EDR.Itapeva, ITESP- CRE, FATEC, VINESP, Associação Comercial, CONSAD - SP, COMTUR, ASPIPP/CBH-ALPA, PM Capão Bonito/Prefeito, A.D.S, DPEE, SEBRAE Sudoeste Paulista, UFSCOV e A.E.D.I.	04/12/2017	UNESP/ Itapeva
2º Oficina de Implementação do CDR, Piloto de Bagé	Oficina/ Workshop	Articular os atores regionais em torno do apoio ao desenvolvimento da região e definir um conjunto de projetos prioritários para guiar as ações do CDR	46	3	FAPERGS, UNIPAMPA, URCAMP, EMATER, Prefeitura de Aceguá, P.M CANDIOTA, EMBRAPA, 13º CRE, Prefeitura de Bagé, DAEB, Gabinete Deputado Estadual , Assessoria Deputado e PROF. H.N.	12/12/2017	URCAMP/ Bagé

TEMA	EVENTO	OBJETIVO	PARTICIPANTES		INSTITUIÇÃO	DATA	LOCAL
			EXTERNOS	CGEE			
Meetup Pydata - Processamento de Linguagem Natural	Fórum	Discutir com a comunidade internacional de usuários e desenvolvedores de ferramentas de análise de dados, compartilhar ideias e aprender com a PyData, que é um programa educacional da NumFOCUS. Discutir melhores práticas, novas abordagens e tecnologias emergentes para gerenciamento, processamento, análise e visualização de dados.	25	21	CGEE, Publix, Caixa, Rocket Chat, Múlua, ADMIM, UnB, UDACITY, Configr, Defensoria pública da União, Banco do Brasil, MPDG, LNCC, Fóton, SEBRAE e AGU	13/12/2017	CGEE

7. Relatório Administrativo e Financeiro Anual – 2017

Em 2017, o CGEE desenvolveu suas atividades com foco na manutenção do equilíbrio orçamentário/financeiro, buscando receitas que dessem cobertura aos gastos imprescindíveis para a execução das metas pactuadas no Contrato de gestão e produtos a serem entregues no âmbito de contratos administrativos.

O 13º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, assinado em outubro de 2017, totalizou o ingresso de recursos no montante de R\$ 15,2 milhões, sendo superior em 14,58% do valor recebido no âmbito do previsto pelo 11º Termo Aditivo (13,0 milhões), relativo ao ano 2016. Apesar do aumento progressivo do repasse do Contrato de Gestão nos dois últimos anos, os valores daí resultantes não foram suficientes para cobrir todos os custos operacionais do Centro, sendo necessária a utilização de saldos de superávits acumulados em exercícios anteriores e de parte da reserva técnica.

Os contratos administrativos executados em 2017, em especial o firmado entre o CGEE e as empresas do setor elétrico, garantiram uma entrada de recursos expressiva no ano de 2017, correspondente a uma receita líquida de R\$ 5,0 milhões equivalente em termos percentuais a 18,82% da receita global do Centro.

Em 2017, foram assinados com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC dois Termos Aditivos: o 12º Termo Aditivo tratou especificamente da prorrogação do Segundo Ciclo do Contrato de Gestão, e estabeleceu a data de 30/06/2018 para o seu término; e o 13º Termo Aditivo, que estabeleceu o Plano de Trabalho de 2018 (projetos, valores e prazos de entrega), metas a serem cumpridas ao final do exercício e os indicadores utilizados para a avaliação de desempenho do Centro no que se refere ao Contrato de Gestão.

Diferentemente dos anos anteriores, o ano de 2017 foi encerrado com todos os recursos financeiros previstos no 13º Termo Aditivo do Contrato de Gestão em caixa, fator que conferiu ao Centro a tranquilidade necessária para iniciar o ano de 2018. Resta, para 2018, a expectativa positiva para a finalização das negociações para a assinatura de novo Ciclo do

Contrato de Gestão, para a qual se encontra em fase de elaboração e análise interna, uma proposta para submissão e aprovação do Conselho de Administração e posterior negociação final com o MCTIC e intervenientes.

7.1. Receitas

Os recursos financeiros recebidos pelo CGEE, ao ingressarem no Centro, são classificados segundo sua origem e por consequência determinam a forma como irão ser utilizados. Conforme estabelecido na legislação que trata das Organizações Sociais – Lei 9.637 de 15.05.1998 – os recursos transferidos no âmbito do Contrato de Gestão, firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), com a interveniência do Ministério da Educação (MEC), destinam-se ao fomento das atividades e a manutenção geral da Instituição. No ano de 2017 o CGEE recebeu recursos constantes na programação de desembolso do MCTIC e do MEC relativos, respectivamente ao 11º e ao 13º Termos Aditivos ao Contrato de Gestão.

Os recursos obtidos com Contratos Administrativos objetivam custear a realização dos serviços prestados no âmbito destes contratos e o reinvestimento de eventuais saldos financeiros apurados em atividades vinculadas aos objetivos institucionais do Centro. A seguir identifica-se essa classificação:

- I) **Fomento Público** por meio do Contrato de Gestão firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, com interveniência da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, na qualidade de Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e do Ministério da educação - MEC.
- II) **Contratos Administrativos** ou de prestação de serviços firmados com as seguintes Instituições públicas ou privadas:
 - a) ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial;
 - b) AES Tietê S/A
 - c) BAESA–Energética Barra Grande S/A;
 - d) Campos Novos Energia S/A;

- e) CAPES – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- f) CEMIG Geração e Transmissão S/A;
- g) CESP Companhia Energ. de São Paulo;
- h) Companhia Sul Paulista de Energia;
- i) COPEL Distribuição S/A;
- j) COPEL Geração e Transmissão S/A;
- k) Growth Analysis
- l) LIGTH Serviços de Eletricidade S/A
- m) Ministério do Esporte
- n) PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S/A
- o) PNUMA – Programa das Nações Unidas

III) **Aplicações no Mercado Financeiro;**

7.1.1. Dos Recursos dos Contratos Administrativos

Pela sua natureza, os contratos administrativos firmados com Instituições públicas ou privadas, não se restringem a um único exercício. A seguir é apresentado um Quadro Demonstrativo do fluxo de recursos previstos nesses contratos, ao longo de toda sua vigência.

Contratante	Valor dos Contratos	(+/-) Cancelamentos/Variações monetárias	(-) Faturado ou Recebido Até 2016	(-) Faturado ou Recebido Em 2017	(+) Notas Fiscais faturadas e Canceladas	(=) Crédito a Receber
ABDI – Agência Brasileira de Des.Ind.	427.310,42	0,00	0,00	350.548,06	31.440,00	108.202,36
AES Tiete S/A	764.808,84	(57.301,61)	384.632,50	374.070,33	51.195,60	0,00
BAESA–Energética Barra Grande S/A	382.544,32	(28.651,65)	161.095,39	277.500,64	84.703,36	0,00
CAPES – Fundação Coord de Aperf.	1.051.000,00	0,00	315.300,00	735.700,00	0,00	0,00
Campos Novos Energia S/A	382.544,32	(28.651,65)	161.095,39	263.185,70	70.388,42	0,00
CEMIG Geração e Transmissão S/A	764.808,84	(57.301,61)	310.449,38	515.119,53	118.061,68	0,00
CESP Companhia Energ. de São Paulo	3.962.798,90	219.874,22	1.739.520,68	2.931.939,19	488.786,75	0,00
Companhia Sul Paulista de Energia	624.090,11	(56.404,35)	343.297,01	257.236,38	32.847,63	0,00
COPEL Distribuição S/A	255.263,64	(49.521,61)	164.725,23	50.517,32	9.500,52	0,00
COPEL Geração e Transmissão S/A	255.263,64	(49.521,61)	178.338,38	39.023,56	11.619,91	0,00
Growth Analysis	118.800,00	(4.564,96)	30.800,00	83.435,04	0,00	0,00
LIGTH Serviços de Eletricidade S/A	510.527,27	(54.127,29)	333.436,90	122.963,08	0,00	0,00
Ministério do Esporte	9.855.000,00	(6.455.000,00)	2.690.000,00	0,00	0,00	710.000,00
PETROBRAS	510.527,27	(510.527,27)	0,00	0,00	0,00	0,00
PNUMA	317.088,00	(39.013,00)	262.525,00	15.550,00	0,00	0,00
Total Geral	20.182.375,57	(7.170.712,39)	7.075.215,86	6.016.788,83	898.543,87	818.202,36

No aspecto contábil, para a apuração do resultado do exercício de 2017 é utilizada a informação correspondente ao registro de notas fiscais faturadas, de acordo com a entrega dos produtos contratados, como segue:

Receitas Contabilizadas em 2016	Total
Contratos Administrativos	6.016.788,83
Total Geral	6.016.788,83

7.1.2. Das Deduções sobre os Recursos dos Contratos Administrativos - Faturados

Sobre os valores relativos aos Contratos Administrativos incide a cobrança do ISS - Imposto Sobre Serviços. Este tributo é deduzido do valor dos recursos faturados. As notas fiscais canceladas também deduzem o faturamento global dessa modalidade. Segue abaixo os valores correspondentes ao período:

(-) Dedução das Receitas	Total
Imposto Sobre Serviços – ISS	261.202,63
Notas Fiscais Canceladas	709.302,56
Total Geral	970.505,19

7.1.3. Dos Recursos do Contrato de Gestão

O Quadro a seguir demonstra o montante de recursos que ingressaram no CGEE, em 2017, no âmbito do Décimo Primeiro e Décimo Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão:

DEMONSTRATIVO DE RECEBIMENTOS FINANCEIROS					
	2016	2017	2017		TERMO ADITIVO
Fonte de recurso	A receber	PREVISTO	RECEBIMENTO EFETIVO		
Contrato de Gestão	Saldo remanescente		VALOR	DATA	
MCTIC	6.595.310,00	12.218.016,00	5.000.000,00	20/02/17	11°
			1.595.310,00	20/02/17	
			4.000.000,00	01/11/17	13°
			1.000.000,00	17/11/17	
			2.000.000,00	05/12/17	
MEC	5.000.000,00	3.000.000,00	5.000.000,00	14/02/17	11°
			3.000.000,00	15/12/17	13°
TOTAL	11.595.310,00	15.218.016,00	26.813.326,00		

Com relação aos créditos programados no 13º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, destaca-se que o valor previsto foi efetivamente recebido em 2017, de forma que não restaram valores a receber em 2018.

7.1.4. Dos Recursos de Aplicações Financeiras e Outros

O CGEE realiza aplicações no mercado financeiro de todos os recursos disponíveis de modo a garantir sua atualidade. Os rendimentos gerados por essas aplicações, as variações ativas e ainda os descontos obtidos de seus fornecedores, produziram receitas conforme demonstrado a seguir:

Receitas	Total
Rendimentos de aplicação financeira	740.029,07
Variações Ativas	15,04
Descontos Obtidos	56.727,17
Outras Receitas Financeiras	8.557,87
Total Geral	805.329,15

Durante o ano de 2017 o CGEE obteve ainda, no item outras receitas, valores que correspondem ao cancelamento de provisão de contratos de bens e ressarcimentos, como segue:

Receitas	Total
Recuperação de despesas	661.032,34
Total Geral	661.032,34

7.1.5. Da Consolidação das Receitas

O ingresso total de recursos atingiu durante o ano de 2017 a cifra de R\$ 33.672.726,32 conforme demonstrado no quadro abaixo, segundo a origem das receitas:

Consolidação das Receitas	Total
Recursos de Contratos Administrativos	6.016.788,83
Recursos do Contrato de Gestão	26.813.326,00
Recursos de Aplicações Financeiras / descontos	796.756,24
Outras Receitas	669.605,25
Total Geral	34.296.476,32

7.2. Dispêndios

Os dispêndios do CGEE no período de janeiro a dezembro de 2017 foram agrupados, para efeito de demonstração, nos seguintes itens:

a) Pessoal e encargos

Reflete todos os dispêndios com pessoal, relacionados com a manutenção da equipe base do CGEE (equipe técnica especializada permanente e temporária, apoio administrativo e financeiro da gestão, assessoria técnica e direção).

b) Consultoria externa

Custos relacionados com a contratação de serviços de consultores e especialistas – pessoa jurídica ou pessoa física – para a realização de estudos e outras atividades especializadas de suporte às ações do Centro.

c) Eventos de mobilização de competências

Custos diretos de organização e realização de eventos (seminários, workshops, painéis e reuniões de especialistas, palestras, etc.) para a consecução das diversas atividades do Centro.

d) Manutenção administrativa

Custos de operação e manutenção das atividades básicas do CGEE, tais como aluguéis, serviços de apoio, sistemas de informação e outros.

e) Outras despesas operacionais

Despesas financeiras, impostos, taxas, provisões para perdas, entre outras.

f) Depreciação e amortização

Despesas relacionadas ao desgaste de um bem ou direito pelo uso contínuo.

g) Investimentos

Dispêndios realizados com aquisição de equipamentos e outros bens incorporados ao patrimônio do CGEE.

7.2.1. Dos dispêndios realizados em 2017

Dispêndios	
Pessoal e encargos	12.446.074,84
Consultoria externa	3.505.811,29
Eventos de mobilização de competências	1.462.374,36
Manutenção administrativa	4.474.778,22
Outras despesas operacionais	531.153,30
Depreciação/Amortização	372.798,95
Total Geral	22.792.990,96
Investimentos do Exercício	8.023,25
Total de Dispêndios + Investimentos	22.801.014,21

7.2.2. Do resultado do exercício e acumulado superávit/déficit

O resultado consolidado do exercício de 2017 está demonstrado de forma resumida no quadro abaixo:

Resultado do Exercício	
Receitas do exercício	34.296.476,32
(-) Deduções das receitas – ISS – Cancelamento de Notas Fiscais	970.505,19

(-) Dispendios do exercício	22.801.014,21
Superávit do Exercício 2017	10.524.956,92

7.3. Demonstrativo consolidado do resultado do exercício por tipo de contrato

Buscando demonstrar os saldos apurados pelo CGEE por tipo de contratação é apresentado a seguir um quadro síntese contendo a segregação do resultado operacional, tanto do Contrato de Gestão quanto de Contratos Administrativos, considerando, para esse fim, o recurso efetivamente recebido do Contrato de Gestão e os recursos faturados dos Contratos Administrativos no ano de 2017.

Nesse quadro estão registradas as expectativas de receita já contratadas, bem como os compromissos de despesas também formalmente assumidos.

DEMONSTRATIVO GERENCIAL DE RECEITAS E DESEMBOLSOS				
PERIODO 01/01/2017 A 31/12/2017				
RECEITAS	Competência	Contrato de Gestão	Contratos Administrativos	Totais
Receitas Operacionais				
Créditos Recebidos	2016	11.595.310,00	6.016.788,83	
	2017	15.218.016,00		
Total de Receitas Operacionais		26.813.326,00	6.016.788,83	32.830.114,83
Outras Receitas				
Receitas financeiras		568.522,93	236.806,22	805.329,15
Recuperação de Despesas		643.087,71	17.944,63	661.032,34
Total de Outras Receitas		1.211.610,64	254.750,85	1.466.361,49
Deduções das Receitas				
(-) Notas Fiscais Canceladas		0,00	-709.302,56	-709.302,56
Total Dedução das Receitas		0,00	-709.302,56	-709.302,56
TOTAL DE RECEITAS		28.024.936,64	5.562.237,12	33.587.173,76
Receitas / Créditos à receber- FUTURO		0,00	818.202,36	818.202,36
DEDUÇÕES		Contrato de Gestão	Contratos Administrativos	Totais
Despesas				
Pessoal e Encargos		11.052.554,01	1.393.520,83	12.446.074,84
Eventos, Diária, Passagens		769.639,95	692.734,41	1.462.374,36
Consultoria Externa		1.920.478,80	1.585.332,49	3.505.811,29
Manutenção Administrativa		4.049.385,89	425.392,33	4.474.778,22
Outras despesas operacionais		450.020,90	81.132,40	531.153,30
Depreciação e Amortização		372.798,95	0,00	372.798,95
Total Despesas		18.614.878,50	4.178.112,46	22.792.990,96
Outras Deduções				
ISS		0,00	261.202,63	261.202,63
Total Outras deduções		0,00	261.202,63	261.202,63
TOTAL DE DEDUÇÕES		18.614.878,50	4.439.315,09	23.054.193,59
Despesas / Compromissos - FUTURO		7.207.863,17	23.000,00	7.230.863,17
INVESTIMENTOS		8.023,25	0,00	8.023,25
Superavit / Deficit - no exercicio - Investimentos		9.402.034,89	1.122.922,03	10.524.956,92
Superavit/Deficit -Considerando Compromissos Futuros		2.194.171,72	1.918.124,39	4.112.296,11

7.4. Da movimentação financeira dos recursos

A movimentação dos recursos financeiros recebidos pelo Centro foi realizada através de contas correntes e pela aplicação em fundos de investimento de Liquidez Imediata, sendo que os saldos em 31 de dezembro de 2017 correspondem a:

Banco do Brasil – AG 1003-0	Valor
Conta Corrente – 435.002-2	0,00
Conta Corrente – 435.001-4	309,29
Conta Corrente – 435.006-5	310,90
Conta Corrente – 44.898-2	36.453,76
Conta Corrente – 58.891-1	58,00
Conta Corrente – 58.892-X	58,00
Aplicação de Liquidez Imediata	14.658.785,23
Total	14.695.975,18

7.5. Da evolução dos números

O quadro a seguir apresenta o comportamento histórico de alguns números do CGEE que evidenciam, indiretamente, o volume de trabalho dispendido nas atividades de apoio ao funcionamento do Centro. Os números – empregados e dispêndios – são uma consequência da redução na capacidade de investimento do Centro e demonstram a expressiva redução da força de trabalho. O acréscimo verificou-se apenas no número de registros contábeis e de contratos firmados, resultantes do trabalho desenvolvido para as empresas do setor elétrico.

Exercício	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Número de Empregados (em 31.12)	93	97	97	88	61	55
Registros Contábeis	30.639	33.719	32.824	28.810	25.662	28.179
Contratos Firmados	253	211	179	127	132	169
Dispêndios (R\$)	37.329.832,38	38.265.090,57	37.618.609,17	32.545.267,28	25.231.981,47	22.801.014,21

ANEXOS

São anexos ao presente relatório os seguintes documentos:

- Anexo I: Balanço Patrimonial, Demais Demonstrações e Notas Explicativas.
- Anexo II: Relatório dos Auditores Independentes.
- Anexo III: Parecer do Conselho Fiscal

ANEXO I

**CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE****BALANÇO PATRIMONIAL**

Em 31 de dezembro de 2017

CNPJ 04.724.690/0001-82

ATIVO			PASSIVO		
	2017	2016		2017	2016
CIRCULANTE	18.346.971,97	18.136.299,59	CIRCULANTE	2.060.318,01	3.152.091,50
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14.695.975,18	4.923.195,42	Encargos Sociais a Recolher	228.239,22	235.744,66
Bancos/caixa - Recursos com Restrição	37.189,95	1.166,48	Encargos Tributários a Recolher	189.474,81	161.156,82
Aplicações Financeiras-Recursos com Restrição	14.658.785,23	4.922.028,94	Fornecedores	71.588,01	275.349,40
			Provisão para Férias e Encargos	897.926,51	1.080.034,23
OUTROS VALORES A RECEBER	1.650.996,79	13.213.104,17	Provisão Contratos de Serviços	432.748,66	1.054.167,73
Clientes	1.429.297,32	12.738.915,26	Outras contas a pagar	240.340,80	345.638,66
Adiantamento a Fornecedores	70.480,43	270.991,91			
Impostos a Recuperar	45,72	59.796,30			
Adiantamento de férias	126.001,49	112.752,47			
Outros Créditos	4.183,68	2.582,23			
Despesas do Exercício Seguinte	20.998,15	28.066,00			
NÃO CIRCULANTE	624.026,24	988.801,94	PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO	14.910.680,20	15.973.010,03
IMOBILIZADO	606.600,63	930.603,07	RESERVAS	5.577.740,82	4.477.740,82
Bens Próprios com Restrição	3.890.654,45	3.898.176,16	Reserva Técnica - com Restrição	5.577.740,82	4.477.740,82
(-) Depreciações Acumuladas	(3.284.053,82)	(2.967.573,09)			
INTANGÍVEL	17.425,61	58.198,87	SUPERÁVIT ACUMULADOS	9.332.939,38	11.495.269,21
Sistemas Aplicativos - Software -com Restrição	1.430.651,77	1.430.651,77	Superávit de Exercícios Anteriores-com restrição	10.395.269,21	20.382.779,21
(-) Amortizações Acumuladas	(1.413.226,16)	(1.372.452,90)	Déficit/Superávit do Exercício-com restrição	(1.062.329,83)	(8.887.510,00)
TOTAL DO ATIVO	16.970.998,21	19.125.101,53	TOTAL DO PASSIVO	16.970.998,21	19.125.101,53


MARCIO DE MIRANDA SANTOS
Diretor Executivo em Exercício da Presidência
CPF 618.397.877-91


IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA
Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF
CPF 768.155.871-34



CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE
DEMONSTRAÇÃO DE SUPERÁVIT E DÉFICIT

Em 31 de dezembro de 2017
CNPJ 04.724.690/0001-82

	2017	2016
(+) RECEITA BRUTA	21.895.837,17	15.721.668,07
COM RESTRIÇÃO		
Contrato de Gestão	15.218.016,00	11.595.310,00
Recuperação de Despesas/Ressarcimento	661.032,34	228.054,93
Serviços Prestados a Terceiros	6.016.788,83	3.828.303,14
Patrocínio	0,00	70.000,00
(=) TOTAL RECEITA COM RESTRIÇÃO	21.895.837,17	15.721.668,07
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(970.505,19)	(371.194,43)
ISS sobre Faturamento	(261.202,63)	(181.953,11)
Cancelamento de Notas Fiscais	(709.302,56)	(189.241,32)
(=) RECEITA LÍQUIDA	20.925.331,98	15.350.473,64
(-) DESPESAS OPERACIONAIS - CONTRATO DE GESTÃO	(18.382.440,78)	(21.521.058,35)
Despesas Gerais e Administrativas	(1.830.724,68)	(1.666.565,14)
Despesas com Pessoal e Encargos	(11.052.554,01)	(14.101.539,05)
Serviços de Terceiros	(1.920.478,80)	(1.569.061,66)
Alugueis e Arrendamentos	(2.218.661,21)	(2.764.159,28)
Impostos e Taxas	(190.468,21)	(64.605,28)
Diárias	(302.652,52)	(308.004,86)
Passagens	(453.008,83)	(349.646,11)
Promoções e Eventos	(13.978,60)	(4.401,00)
Outras Despesas Operacionais	(27.114,97)	(45.041,56)
Depreciações e Amortizações	(372.798,95)	(648.034,41)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS - OUTROS CONTRATOS	(4.107.331,98)	(3.344.428,18)
Despesas Gerais e Administrativas	(224.928,61)	(289.311,35)
Despesas com Pessoal e Encargos	(1.393.520,83)	(1.410.843,73)
Serviços de Terceiros	(1.585.332,49)	(1.083.912,93)
Alugueis e Arrendamentos	(200.463,72)	(163.443,17)
Impostos e Taxas	(4.678,92)	-
Diárias	(124.783,33)	(126.195,02)
Passagens	(542.699,39)	(247.438,10)
Promoções e Eventos	(25.251,69)	(19.801,15)
Outras Despesas Operacionais	(5.673,00)	(2.190,00)
Depreciações e Amortizações	-	(1.292,73)
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	-1.564.440,78	-9.515.012,89
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO	502.110,95	627.502,89
Despesas Financeiras - Contrato de Gestão	(232.437,72)	(285.950,35)
Despesas Financeiras - Outros Contratos	(70.780,48)	(40.133,68)
Receitas Financeiras - Contrato de Gestão	568.522,93	720.846,92
Receitas Financeiras - Outros Contratos	236.806,22	232.740,00
DEFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	(1.062.329,83)	(8.887.510,00)

MARCIO DE MIRANDA SANTOS
Diretor Executivo em Exercício da Presidência
CPF 618.397.877-91

IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA
Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF
CPF 768.155.871-34



CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Em 31 de dezembro de 2017
CNPJ 04.724.690/0001-82

1 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2017	2016
(-/+) Superávit/Déficit líquido do exercício	(1.062.329,83)	(8.887.510,00)
Ajustes por:		
(+) Depreciação e amortização	372.798,95	649.327,14
(+) Perdas por baixa de bens inservíveis	-	1.176,92
Variação nos saldos dos ativos:		
(+/-) Redução/(Aumento) em clientes	11.309.617,94	942.633,62
(+/-) Redução/(Aumento) em adiantamentos	200.531,48	(4.682,55)
(+/-) Redução/(Aumento) em outras contas ativas	51.957,96	(86.508,54)
Variação nos saldos dos passivos:		
(+/-) Aumento/(Redução) nos encargos sociais e tributários	20.812,55	(143.155,46)
(+/-) Aumento/(Redução) em fornecedores	(203.761,39)	(301.128,00)
(+/-) Aumento/(Redução) nas provisões trabalhistas	(182.107,72)	(158.407,62)
(+/-) Aumento/(Redução) em Provisões Contratos de Serviços	(621.419,07)	(638.604,72)
(+/-) Aumento/(Redução) em outras contas a pagar	(105.297,86)	266.154,48
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	9.780.803,01	(8.360.704,73)
2 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	2017	2016
(-) Compra do Ativo intangível	(8.023,25)	(40.410,91)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento	(8.023,25)	(40.410,91)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9.772.779,76	(8.401.115,64)
3 - VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9.772.779,76	(8.401.115,64)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	4.923.195,42	13.324.311,06
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	14.695.975,18	4.923.195,42


MARCIO DE MIRANDA SANTOS
Diretor Executivo em Exercício da Presidência
CPF 618.397.877-91


IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA
Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF
CPF: 768.155.871-34



CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2017

CNPJ 04.724.690/0001-82

	Déficit/ Superávit Acumulados	Déficit/ Superávit do Exercício	RESERVAS Reserva Técnica	Total
SALDO EM 31/12/2015	36.196.368,01	(20.290.145,67)	8.954.297,69	24.860.520,03
Incorporação do Déficit 2015	(20.290.145,67)	20.290.145,67		-
Transferência para Reserva Técnica	4.476.556,87		(4.476.556,87)	-
Déficit do Exercício		(8.887.510,00)		(8.887.510,00)
SALDO EM 31/12/2016	20.382.779,21	(8.887.510,00)	4.477.740,82	15.973.010,03
Incorporação do Déficit 2016	(8.887.510,00)	8.887.510,00		-
Transferência para Reserva Técnica	(1.100.000,00)		1.100.000,00	-
Déficit do Exercício		(1.062.329,83)		(1.062.329,83)
SALDO EM 31/12/2017	10.395.269,21	(1.062.329,83)	5.577.740,82	14.910.680,20

MARCIO DE MIRANDA SANTOS

Diretor Executivo em Exercício da Presidência
CPF 618.397.877-91

IRIS MARY DUARTE CARDOSO VEIRA

Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF
CPF 768.155.871-34

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(valores expressos em reais)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, qualificado como organização social pelo Decreto nº 4.078, de 09 de janeiro de 2002, com sede e foro em Brasília – DF, tem por finalidade a realização e a promoção de estudos e pesquisas prospectivas na área de ciência, tecnologia e inovação, bem como desenvolve atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos.

As atividades desenvolvidas pelo CGEE estão atreladas a metas e a prazos descritos no Contrato de Gestão, instrumento de parceria e fomento firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, tendo como interveniente a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, em 16 de abril de 2002, renovado em 2010 por mais um ciclo de seis anos e atualmente prorrogado até 30 de junho de 2018. Na pactuação relativa ao 11º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão e aditivos seguintes, o Ministério da Educação, foi adicionado como interveniente, tendo sido incluídos trabalhos voltados a sua área de atuação.

No que tange ao contrato de Gestão no ano de 2017, o 13º Termo Aditivo foi assinado em 24/10/2017 e todos os recursos previstos na programação de desembolso foram efetivamente recebidos no período, contudo a entrada desses recursos só ocorreram nos últimos meses do ano e a operacionalização do Centro só foi possível mediante a entrada de recursos pendentes de anos anteriores relativos ao 11º Termo Aditivo e da mobilização parcial da reserva técnica.

As marcas das perdas sofridas pelo CGEE nos últimos anos, no quadro de colaboradores, no patrimônio social e na situação financeira, devem continuar visíveis nos próximos anos. Porém há uma expectativa positiva de recuperação gradual, fato este já perceptível nos dois últimos anos com os aumentos orçamentários que apesar de relativamente baixo, inspiram um ar de recuperação financeira/orçamentária.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976 e suas alterações, no que couber a ITG 2002 – Resolução CFC 1.409/12 sobre Entidade sem finalidade de lucros e a ITG 1000 – Resolução CFC 1.418/12, nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, vigentes no exercício de 2016 e ainda com as disposições contidas no artigo 2º, alínea “i” da Lei 9.637/98, onde estabelece que numa possível desqualificação/extinção de uma Organização Social todo o patrimônio, sendo este gerado por atividades próprias ou vinculadas ao Contrato de Gestão, se reverte ao órgão fomentador ou instituição com as mesmas características.

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de forma a evidenciar as características próprias de uma entidade sem finalidade de lucros, qualificada como Organização Social desde o início de suas atividades, onde o instrumento de relação entre o poder público é o “Contrato de Gestão”, o qual é elaborado com base no princípio de fomento as atividades, conceito bem mais amplo que a idéia de subvenção ou de convênio e da pura e simples prestação de serviços.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS E DIRETRIZES CONTÁBEIS

3.1 Caixa e equivalente de caixa

Referem-se a saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e são registradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos em base “pro rata temporis” até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

3.2 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração do CGEE use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos as estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros básicos, e ativos e passivos

relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. O CGEE revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

3.3 Instrumentos financeiros

O CGEE tem os seguintes instrumentos financeiros: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e recebíveis.

- Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado no momento do reconhecimento inicial e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

- Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, sem o registro do ajuste ao valor de mercado.

- Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos a receber.

O CGEE não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos na gestão de seus recursos financeiros.

3.4 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à

3.9 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com multas, taxas bancárias e outras despesas vinculadas às aplicações financeiras mantidas pela Entidade.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimentos à vista, ou até o vencimento contratado.

	2017	2016
Bancos/Caixa – Recursos com restrição - Contrato Administrativo	37.189,95	1.166,48
Bancos/Caixa – Recursos com restrição - Contrato de Gestão	0,00	0,00
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Recursos com restrição – Contratos de Gestão	11.212.540,12	2.648.994,15
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Recursos com Restrição – Contratos Administrativos	3.446.245,11	2.273.034,79
Total	14.695.975,18	4.923.195,42

5. CONTAS A RECEBER

Os valores registrados nesta conta correspondem aos créditos junto às instituições com as quais o CGEE firmou contrato de gestão e prestação de serviços, cujo documento fiscal e nota de empenho já foram emitidos:

Clientes	2017	2016
ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial	19.625,14	0,00
AES Tietê S/A	78.619,14	22.987,52
CAPES – Fundação Coord.de Aperf.de Pessoal de Nível Superior	0,00	199.690,00
CEMIG – Geração e Transmissão S/A	78.619,84	17.839,28
CESP Companhia Energética de São Paulo	587.642,24	204.133,98
Companhia Sul Paulista de Energia	0,00	17.839,28

COPEL Distribuição S/A	0,00	18.420,16
COPEL Geração e Transmissão S/A	0,00	1.993,24
LIGTH Serviços de Eletricidade S/A	44.915,96	40.826,80
MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação	0,00	6.595.310,00
ME – Ministério dos Esportes	1.239.750,00	1.239.750,00
MEC – Ministério da Educação	0,00	5.000.000,00
(-) Perdas Estimadas	(619.875,00)	(619.875,00)
Total	1.429.297,32	12.738.915,26

No ano de 2017 foi realizado o levantamento da estimativa do risco e da expectativa de perdas no contas a receber do Centro. Analisando pontos como: a) posição analítica das notas fiscais emitidas na data do balanço; b) expectativa de rescisão contratual e; c) atraso no repasse dos recursos de produtos já entregues e faturados. Dentro desse cenário, verificou-se que no ano de 2017 não há elementos que corroboram com a necessidade de aumento da provisão para perdas estimáveis.

6. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

Em razão dos contratos firmados com cláusulas específicas, entre outros, esse grupo contábil registra os adiantamentos realizados aos fornecedores no montante de R\$ 70.460,43 (R\$ 270.991,91 – 2016).

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Na análise dos indicadores internos e externos não foram identificados motivos que levassem a Administração do CGEE a apurar e consequentemente registrar eventual perda do valor recuperável dos bens do seu ativo imobilizado (*impairment*).

O imobilizado e o intangível guardam a seguinte composição:

Descrição	Taxas de Depreciação	2017	2016
Imobilizado			
Equipamento de Informática	20%	1.932.041,37	1.941.596,33
Instalações	10%	563.602,18	563.602,18
Máquinas e Equipamentos de Escritório	10%	66.575,45	66.575,45
Móveis e Utensílios	10%	653.190,02	653.190,02
Equipamentos de Audiovisual	20%	356.433,19	354.399,94
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	24%	318.812,24	318.812,24

(-) Depreciações (3.284.053,82) (2.967.573,09)

Subtotal do Imobilizado 606.600,63 930.603,07

Intangível

Sistemas Aplicativos – Software 20%-100% 1.430.651,77 1.430.651,77

(-) Amortizações (1.413.226,16) (1.372.452,90)

Subtotal do Intangível 17.425,61 58.198,87

Total do Imobilizado e Intangível 624.026,24 988.801,94

8. FORNECEDORES

Demonstramos a seguir os saldos dos principais fornecedores de materiais e serviços:

Fornecedores	2017	2016
ALELO – Companhia Brasileira de Soluções e Serviço	0,00	114.755,98
Caixa de Assistência Social da FIPECQ	0,00	61.975,20
Centro Empresarial Parque Cidade	0,00	38.098,31
Liferay Latin America LTDA	47.500,00	0,00
Office Administração e Serviços	0,00	35.420,16
Outros Fornecedores	24.088,01	25.099,75
Totais	71.588,01	275.349,40

9. PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

Em razão das obrigações trabalhistas oriundas das contratações de funcionários para os quadros do CGEE mantem-se em 2017 uma provisão para férias e encargos sociais no montante de R\$ 897.926,51 (R\$ 1.080.034,23- 2016).

10. PROVISÃO CONTRATOS DE BENS E SERVIÇOS

Para os contratos firmados no período de vigência até 2017, em que os contratados estão em processo de execução do serviço (produto) e não há fatos que emanem suspeitas ou incertezas do descumprimento de prazos ou entrega dos produtos previstos e ainda com base em uma estimativa confiável do montante da obrigação estabelecida em cláusula contratual e diante da provável saída de recursos para liquidar tal obrigação, foi apropriado em 2017 o valor correspondente a R\$ 432.748,66 a título de provisão (R\$ 1.054.167,73 – 2016).

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2017	2016
Créditos a Compensar	65.658,41	65.658,41
Ressarcimento de Pessoal Cedido	0,00	58.342,06
Saldo bancários a compensar	174.682,39	221.638,19
Totais	240.340,80	345.638,66

a) Créditos a compensar/ Desconto em folha – Valores relativos a descontos realizados em folha de pagamento para garantir o contrato de empréstimos consignado dos funcionários que ainda não foram debitados na conta corrente do CGEE, entre outros.

b) Saldo bancários a Compensar/Agendados – Referem-se a agendamentos de pagamentos realizados no período que antecede o recesso de final de ano nas festividades de natal e ano novo.

Ressarcimento de Pessoal Cedido – Devido a contratação de pessoal cedido de instituições de ensino para composição do quadro funcional do CGEE, foi acordada a restituição dos valores custeados pelo órgão de origem. Sendo assim, apropria-se a provisão correspondente ao valor dos custos mensais.

12. PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO

O patrimônio social líquido é formado pelo acúmulo dos superávits e déficits apurados em função das atividades operacionais executadas pelo CGEE. Essa conta registra o resultado operacional do Contrato de Gestão e dos contratos administrativos.

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, considerando a “essência” nos registros dos atos e fatos contábeis das suas operações optou por continuar mantendo o registro operacional do contrato de Gestão e contratos administrativos no resultado da Instituição, por entender que esta opera desde o início de suas atividades como associação qualificada como “OS” visto que, a vinculação da possível devolução de recurso/patrimônio será no momento da desqualificação ou extinção da instituição (Lei 9.637/98) e não ao término do Contrato de Gestão ou dos contratos administrativos. Dessa forma, entende-se que todo o seu patrimônio é passível da restrição legal e poderá ser gerido pela instituição em sua totalidade, no entanto, em uma possível desqualificação/extinção, este deverá ser revertido para o ente fomentador ou instituição semelhante.

Com relação a Reserva Técnica, o anexo I do Décimo Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão (2010-2017) celebrado entre a União e o CGEE, estabeleceu uma

recomposição do seu valor acrescentando para 2017 o montante de R\$ 1.100.000,00 totalizando para o ano R\$ 5.577.740,82 (R\$ 4.477.740,82 – 2016).

13. RECEITAS

- a) **Contrato de Gestão** - O CGEE registrou no exercício de 2017 uma receita de fomento vinculada ao Contrato de Gestão no valor de R\$ 15.218.016,00 (R\$ 11.595.310,00 – 2016), escriturados no ativo circulante a receber.
- b) **Contratos Administrativos** - A receita registrada no ano de 2017 dos contratos administrativos corresponde a R\$ 6.016.788,83 (R\$ 3.828.303,14 – 2016). Demonstrados no quadro a seguir:

QUADRO DE RECEITAS DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Contratantes	2017	2016
ABDI – Agência Brasileira de Des. Ind.	350.548,06	0,00
AES Tiete S/A	374.070,33	322.958,61
BAESA – Energética Barra Grande S/A	277.500,64	130.258,45
Banco Mundial	0,00	76.500,00
CAPES	735.700,00	315.300,00
CESP – Companhia Energética São Paulo	2.931.939,19	1.431.151,26
CEMIG – Geração e Transmissão S/A	515.119,53	248.775,49
COPEL – Distribuição S/A	50.517,32	133.888,29
COPEL – Geração e Transmissão S/A	39.023,56	147.501,44
Companhia Sul Paulista de Energia	257.236,38	304.123,13
Embaixada do Reino Unido da Suécia	0,00	30.800,00
ENERCAN – Campos Novos Energia LTDA	263.185,70	130.258,45
Growth Analysis	83.435,04	0,00
LIGHT Serviços de Eletricidade S/A	122.963,08	294.263,02
PNUMA	15.550,00	262.525,00
Agência Nacional de Águas	0,00	70.000,00
Totais	6.016.788,83	3.898.303,14

- c) **Cancelamento de Notas Fiscais** – Das notas fiscais emitidas relativas aos contratos administrativos o montante de R\$ 709.302,56 (R\$ 189.241,32 – 2016) foram canceladas, conforme quadro abaixo:

QUADRO DE RECEITAS DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Contratantes	2017	2016
ABDI – Agência Brasileira de Des. Ind.	31.440,00	0,00
AES Tiete S/A	0,00	51.195,60
BAESA – Energética Barra Grande S/A	78.832,68	5.870,68
CESP – Companhia Energética São Paulo	416.450,45	72.336,30
CEMIG – Geração e Transmissão S/A	118.061,69	0,00
COPEL – Distribuição S/A	0,00	9.500,52
COPEL – Geração e Transmissão S/A	0,00	11.619,91
Companhia Sul Paulista de Energia	0,00	32.847,63
ENERCAN – Campos Novos Energia S/A	64.517,74	5.870,68
Totais	709.302,56	189.241,32

- d) **Receitas Financeiras** - O CGEE obteve no exercício de 2017 uma receita financeira de R\$ 805.329,15 (R\$ 953.586,92 – 2016), conforme discriminação a seguir:

Aplicações Financeiras e Outras Receitas	Contrato de Gestão	Outros Recursos
Aplicações Financeiras	512.045,92	227.983,15
Variáveis Monetárias Ativas	15,04	0,00
Descontos Obtidos	56.461,97	265,20
Outras Receitas Financeiras	0,00	8.557,87
Totais	568.522,93	236.806,22
Total Geral	805.329,15	

14. DESPESAS

As despesas incorridas no exercício pelo CGEE, visando cumprir seus objetivos, corresponderam ao montante de R\$ 22.792.990,96 (R\$ 25.191.570,56 - 2016), sendo R\$ 18.614.878,50 (R\$ 21.807.008,70 - 2016) de recursos oriundos do Contrato de Gestão e R\$ 4.178.112,46 (R\$ 3.384.561,86 - 2016) amparados por receitas advindas de Contratos Administrativos.

15. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) **Seguros** – O CGEE mantém apólice de seguros em valor suficiente para cobrir eventuais sinistros com os bens do seu ativo imobilizado.
- b) **Ação Civil Pública** – Consta um processo de ação Civil Pública de improbidade administrativa nº 0008469-88.2010.4.03.6103 ajuizado pelo Ministério Público Federal onde o CGEE é citado como réu às penas previstas na Lei de improbidade administrativa nos contratos celebrados com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais– INPE nºs RD 01.06.182.0/2005 e RD 01.06.153.0/2006, no valor total atualizado de R\$ 622.751,37 (seiscentos e vinte e dois mil, setecentos e cinquenta e um reais, trinta e sete centavos)). Processo acompanhado pela assessoria jurídica representada por Rubens Naves, Santos Júnior Advogados, que classificou a possibilidade de perda como possível em 31/12/2017;
- c) **Fiscalização** - Constam, em vias administrativas, junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB dois processos nºs 10166.722724/2011-30 e 10166.722722/2011-41, resultantes do auto de infração-AI, proveniente do Mandado de Procedimento Fiscal (MPF) nº 01.1.01.00.2010-01041-3 emitido em 10/12/2010 compreendendo o período fiscalizado de janeiro/2007 a dezembro/2008 no valor total atualizado de R\$ 1.853.709,21 (um milhão, oitocentos e cinquenta e três mil, setecentos e nove reais, vinte e um centavos) e referem-se a multas pela falta de retenção do IRRF (DIÁRIAS) e de cumprimento de obrigações acessórias, ausência de recolhimento de obrigações relativas a contribuições previdenciárias da rubrica paga a título de “DIÁRIAS” e “AUXÍLIO MORADIA”. Ambos os processos foram impugnados administrativamente via assessoria jurídica representada por Rubens Naves, Santos Júnior Advogados, que classificou a possibilidade de perda como possível em 31/12/2017;

- d) **Compromissos e créditos futuros** – O CGEE mantém contratos firmados com seus fornecedores de serviços e materiais no montante de R\$ 7.663.611,87 e de contratos firmados com seus clientes no valor de R\$ 818.202,36 que não configura no resultado do exercício em 2017, podendo ou não se realizar em exercícios subsequentes.

Brasília, 31 de dezembro de 2017.



MARCIO DE MIRANDA SANTOS
Diretor Executivo em Exercício da
Presidência
CPF 618.397.877-91



IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA
Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF
CPF: 768.155.871-34

ANEXO II

**CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS
ESTRATÉGICOS - CGEE**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros e administradores
Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante quanto à continuidade operacional

Chamamos a atenção para o fato de que a Entidade apresenta um histórico de sucessivos e relevantes déficits operacionais e escassez de recursos por meio de novos projetos. Os planos da Administração para manutenção das atividades estão descritos na Nota Explicativa nº 1. As demonstrações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal das atividades e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Entidade continuar operando. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Ênfase

Processos judiciais e administrativos

Chamamos à atenção para a Nota Explicativa nº 15, itens b) e c), às demonstrações contábeis, que descreve as incertezas relacionadas aos desfechos do processo da ação pública de improbidade administrativa e dos processos administrativos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, no montante de R\$ 2.475 mil, que os assessores jurídicos classificaram como perda possível. As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017, não incluem nenhum ajuste relativo a essa possível perda/desembolso dessas contingências. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;

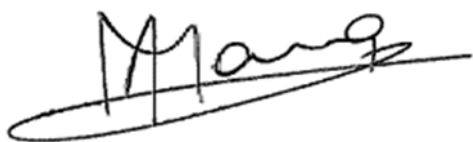
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 29 de janeiro de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - DF



Alfredo Ferreira Marques Filho
Contador CRC 1 SP 154954/O-3 - S - DF

ANEXO III



cggee

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

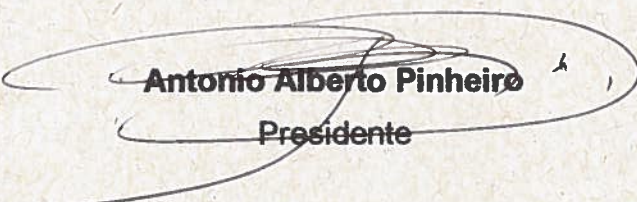
Onde o futuro está presente

Parecer do Conselho Fiscal

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de 2018, na sede do CGEE, foi realizada a quinquagésima reunião ordinária do Conselho Fiscal do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos que, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame da documentação representada pelo balanço, relatórios, demonstrações financeiras e Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

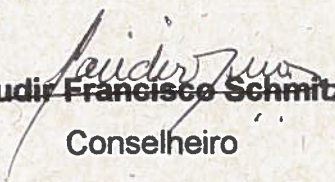
Considerando o Parecer dos Auditores Independentes, bem como os esclarecimentos prestados pelo Gestor Administrativo e pela Coordenadora Financeira, os Membros do Colegiado são de opinião de que as demonstrações apresentadas pelo CGEE estão em condições de serem encaminhadas para apreciação e aprovação do Conselho de Administração.

Brasília, 22 de fevereiro de 2018.



Antonio Alberto Pinheiro

Presidente



Laudir Francisco Schmitz

Conselheiro



Avelino José de Magalhães

Conselheiro